

**DESENVOLVIMENTO LOCAL
E ESTRATÉGIAS FAMILIARES
EM VILAS RURAIS:
Resultados da Etapa
de Prospecção**

**Este estudo foi financiado pela
Fundação Araucária (Convênio
020/2003).**

CURITIBA

2005

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

REINHOLD STEPHANES - *Secretário*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

JOSÉ MORAES NETO - *Diretor-Presidente*

NEI CELSO FATUCH - *Diretor Administrativo-Financeiro*

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN - *Diretora do Centro de Pesquisa*

SACHIKO ARAKI LIRA - *Diretora do Centro Estadual de Estatística*

THAIS KORNIN - *Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

EQUIPE TÉCNICA

Maria Salete Zanchet - coordenadora

Ivo Barreto Melão

Marina Maruyama Mori

Sérgio Aparecido Ignácio

Pedro Renato Filipak (acadêmico de Ciências Econômicas)

EDITORAÇÃO

Maria Laura Zocolotti - supervisão editorial

Cristiane Bachmann - revisão de texto

Léia Rachel Castellar - editoração eletrônica

Stella Maris Gazziero - tratamento de ilustrações

Eliane Maria Dolata Mandu - normalização de tabelas

Luiza de Fátima Pilati M. Lourenço - normalização bibliográfica

I59d Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Desenvolvimento local e estratégias familiares em Vilas Rurais:
resultados da etapa de prospecção / Instituto Paranaense
de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba, 2005.
77 p.
Convênio IparDES, Fundação Araucária.

1.Desenvolvimento local. 2. Vila Rural. 3.Trabalhador rural.
4.Pluriatividade. 5.Renda familiar. 5.Pobreza rural. I.Título.

CDU 331.218:63(816.2)

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	v
APRESENTAÇÃO	1
1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS VILAS RURAIS	4
2 PROSPECÇÃO EM MUNICÍPIOS COM BAIXO GRAU DE DESENVOLVIMENTO	7
2.1 ESTRUTURA AGRÁRIA NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS DO GRUPO 1	8
2.1.1 Estrutura Agrária do Município de Ivaí.....	8
2.1.2 Estrutura Agrária do Município de Quitandinha	10
2.1.3 Estrutura Agrária do Município de Turvo.....	11
2.2 INFORMAÇÕES MUNICIPAIS E VISITAS ÀS VILAS RURAIS	13
2.2.1 Município de Ivaí: Vila Feliz.....	13
2.2.2 Município de Quitandinha: Vila Lagoa Verde	14
2.2.3 Município de Turvo: Vila Nova Esperança	16
3 PROSPECÇÃO EM MUNICÍPIOS COM MÉDIO-BAIXO GRAU DE DESENVOLVIMENTO	18
3.1 ESTRUTURA AGRÁRIA NOS MUNICÍPIOS DO GRUPO 2.....	18
3.1.1 Estrutura Agrária do Município de Anahy.....	18
3.1.2 Estrutura Agrária do Município de Braganey	19
3.1.3 Estrutura Agrária do Município de Verê	20
3.2 INFORMAÇÕES MUNICIPAIS E VISITAS ÀS VILAS RURAIS	23
3.2.1 Município de Verê: Vila de Sede Progresso.....	23
3.2.2 Município de Braganey: Vila Luz da Terra	24
3.2.3 Município de Anahy: Vila Bela Vista.....	25
4 PROSPECÇÃO EM MUNICÍPIOS COM MÉDIO GRAU DE DESENVOLVIMENTO	27
4.1 ESTRUTURA AGRÁRIA NOS MUNICÍPIOS DO GRUPO 3.....	27
4.1.1 Estrutura Agrária do Município de Araruna	27
4.1.2 Estrutura Agrária do Município de Dois Vizinhos	29
4.1.3 Estrutura Agrária do Município de Santo Antônio do Paraíso.....	30
4.1.4 Estrutura Agrária do Município de Campo do Tenente	32
4.1.5 Estrutura Agrária do Município de Tibagi.....	33

4.1.6	Estrutura Agrária do Município de Palmeira.....	34
4.2	INFORMAÇÕES MUNICIPAIS E VISITAS ÀS VILAS RURAIS	37
4.2.1	Município de Palmeira: Vila Real	37
4.2.2	Município de Campo do Tenente: Vila Renascer	39
4.2.3	Município de Tibagi: Vila Santa Luzia	39
4.2.4	Município de Dois Vizinhos: Vila Verdes Campos	42
4.2.5	Município de Santo Antônio do Paraíso: Vila Renascer.....	43
4.2.6	Município de Araruna: Vila Sol Nascente.....	44
5	PROSPECÇÃO EM MUNICÍPIOS COM MÉDIO-ALTO GRAU DE	
	DESENVOLVIMENTO	45
5.1	ESTRUTURA AGRÁRIA NOS MUNICÍPIOS DO GRUPO 4.....	45
5.1.1	Estrutura Agrária do Município de Engenheiro Beltrão	45
5.1.2	Estrutura Agrária do Município de Iguaçu.....	46
5.1.3	Estrutura Agrária do Município de Matelândia	48
5.1.4	Estrutura Agrária do Município de Tapejara.....	49
5.1.5	Estrutura Agrária do Município de Toledo	50
5.1.6	Estrutura Agrária do Município de Terra Boa.....	51
5.1.7	Estrutura Agrária do Município de Peabiru	52
5.2	INFORMAÇÕES MUNICIPAIS E VISITAS ÀS VILAS RURAIS	54
5.2.1	Município de Toledo: Vila Salto São Francisco.....	54
5.2.2	Município de Matelândia: Vila Santa Maria	56
5.2.3	Município de Terra Boa: Vila Nova Jerusalém.....	57
5.2.4	Município de Terra Boa: Vila Recanto Verde	59
5.2.5	Município de Tapejara: Vila Santana	59
5.2.6	Município de Iguaçu: Vila Izaak Rabin	61
5.2.7	Município de Peabiru: Vila Portal do Sol	62
5.2.8	Município de Serranópolis do Iguaçu: Vila Verde Vida	62
6	PROSPECÇÃO EM MUNICÍPIOS COM ALTO GRAU DE DESENVOLVIMENTO..	64
6.1	ESTRUTURA AGRÁRIA NOS MUNICÍPIOS DO GRUPO 5.....	64
6.1.1	Estrutura Agrária do Município de Rolândia.....	64
6.1.2	Estrutura Agrária do Município de Umuarama	65

6.1.3	Estrutura Agrária do Município de Paranavaí	67
6.2	INFORMAÇÕES MUNICIPAIS E VISITAS ÀS VILAS RURAIS	69
6.2.1	Município de Rolândia: Vila da Paz.....	69
6.2.2	Município de Umuarama: Vila São Carlos	71
6.2.3	Município de Paranavaí: Vila Nova Vida	72
7	CONSIDERAÇÕES PARA A TOMADA DE DECISÃO	73
7.1	GRUPOS DE GERAÇÃO DE RENDA.....	73
7.2	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO PODER LOCAL.....	75
	REFERÊNCIAS	77

LISTA DE GRÁFICOS

1	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - IVAÍ - 1995-1996	9
2	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - IVAÍ - 1995-1996	9
3	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - QUITANDINHA - 1995-1996.....	10
4	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - QUITANDINHA - 1995-1996	11
5	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - TURVO - 1995-1996	11
6	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - TURVO - 1995-1996	12
7	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - ANAHY - 1995-1996	19
8	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - ANAHY - 1995-1996.....	19
9	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - BRAGANEY - 1995-1996.....	20
10	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - BRAGANEY - 1995-1996.....	20
11	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - VERÊ - 1995-1996.....	21
12	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - VERÊ - 1995-1996	21
13	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - ARARUNA - 1995-1996	28
14	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - ARARUNA - 1995-1996	28
15	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - DOIS VIZINHOS - 1995-1996.....	29
16	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - DOIS VIZINHOS - 1995-1996	30
17	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO - 1995-1996	31
18	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO - 1995-1996.....	31
19	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - CAMPO DO TENENTE - 1995-1996	32
20	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - CAMPO DO TENENTE - 1995-1996	33
21	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - TIBAGI - 1995-1996.....	33
22	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - TIBAGI - 1995-1996	34
23	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - PALMEIRA - 1995-1996	35
24	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - PALMEIRA - 1995-1996.....	35

25	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - ENGENHEIRO BELTRÃO - 1995-1996.....	46
26	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - ENGENHEIRO BELTRÃO - 1995-1996.....	46
27	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - IGUARAÇU - 1995-1996.....	47
28	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - IGUARAÇU - 1995-1996.....	47
29	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - MATELÂNDIA - 1995-1996.....	48
30	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - MATELÂNDIA - 1995-1996.....	48
31	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - TAPEJARA - 1995-1996.....	49
32	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - TAPEJARA - 1995-1996.....	49
33	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - TOLEDO - 1995-1996.....	50
34	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - TOLEDO - 1995-1996.....	51
35	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - TERRA BOA - 1995-1996.....	51
36	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - TERRA BOA - 1995-1996.....	52
37	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - PEABIRU - 1995-1996.....	52
38	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - PEABIRU - 1995-1996.....	53
39	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - ROLÂNDIA - 1995-1996.....	65
40	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - ROLÂNDIA - 1995-1996.....	65
41	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - UMUARAMA - 1995-1996.....	66
42	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - UMUARAMA - 1995-1996.....	66
43	DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - PARANAÍ - 1995-1996.....	67
44	UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - PARANAÍ - 1995-1996.....	68

APRESENTAÇÃO

O Governo do Paraná implementou o Projeto Paraná 12 Meses, a partir de dezembro de 1997, visando promover o desenvolvimento socioeconômico da população rural e o manejo e conservação dos recursos naturais. O Projeto contemplou os Componentes Desenvolvimento da Área Social e Desenvolvimento da Área Produtiva, além de outros apoios às ações do Projeto.

No Componente Desenvolvimento da Área Social, destinado a amenizar a pobreza rural, foi implantada a Atividade Vilas Rurais, que, em sua essência, viabilizou uma linha de crédito para construção de habitação popular, tendo como público preferencial as famílias de trabalhadores rurais temporários e, como objetivos, melhorar as condições de vida desses trabalhadores, propiciar elevação dos níveis de renda e contribuir para a permanência desse segmento no meio rural, para a melhoria de acesso aos serviços públicos e para a organização e acesso aos mercados de trabalho regionais.

No Paraná, a primeira Vila Rural foi implantada em 1995, no município de Apucarana, seguida de outras, instaladas antes da assinatura do Acordo de Empréstimo n.º 4.060-BR, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), em dezembro de 1997. O empréstimo externo permitiu a implantação de mais de 400 Vilas Rurais e tornou possível a difusão destas em praticamente todo o território paranaense.

O programa habitacional rural, conhecido como Vilas Rurais, constitui-se em uma política não-agrícola para o meio rural, com lotes urbanizados que englobam uma moradia de quarenta e quatro metros quadrados acoplada a um projeto de assentamento em área agricultável de cinco mil metros quadrados. Ao reunir várias unidades habitacionais, em espaço definido como área rural, criou novas comunidades. As famílias beneficiárias transferidas para esses assentamentos recentes melhoraram de imediato as condições de moradia e tiveram a possibilidade de melhorar a alimentação por meio da agricultura de subsistência ou de gerar renda complementar

no lote agricultável. A permanência das famílias na nova comunidade e a superação da pobreza rural, entretanto, poderiam estar condicionadas às perspectivas de melhoria de seus rendimentos monetários, por meio de estratégias familiares diferenciadas conforme a localização das Vilas Rurais.

As indagações que se colocaram como desafiadoras da validade das ações para amenizar a pobreza rural, adotadas no Paraná a partir de meados dos anos 90, levaram a propor a realização de uma pesquisa empírica que contribuísse para ampliar a compreensão das estratégias familiares em Vilas Rurais selecionadas, tendo como cenário o desenvolvimento local dos municípios paranaenses. Nesse contexto, encaminhou-se à Fundação Araucária, por meio do Edital 03/2001, o Projeto de Pesquisa “Desenvolvimento Local e Estratégias Familiares em Vilas Rurais Selecionadas”, com o objetivo geral de evidenciar experiências práticas e bem-sucedidas de superação da pobreza rural, sistematizando alternativas de ocupação e renda de famílias moradoras em Vilas Rurais, em municípios com grau diferenciado de desenvolvimento. Os resultados desse Projeto de Pesquisa foram registrados em dois relatórios distintos e complementares. Os Resultados da Etapa de Prospecção são a seguir apresentados e compõem o primeiro relatório. Os Resultados da Pesquisa de Campo em Vilas Rurais Selecionadas fazem parte do segundo relatório.

A Etapa de Prospecção teve como finalidade principal selecionar Vilas Rurais nas quais fosse possível realizar o levantamento de campo, para estudos de caso. Essa etapa foi realizada em 25 Vilas Rurais selecionadas, entre os meses de setembro e outubro de 2003, período em que se percorreram todas as mesorregiões geográficas do Paraná. Serviu para evidenciar o desencontro de expectativas quanto à realidade local. Havia informações de atividades em Vilas Rurais que, *in loco*, não corresponderam ao esperado. Em contrapartida, foi possível identificar alternativas diferenciadas de atuação do poder local, de projetos de geração de renda e de ocupação das famílias moradoras. Para documentar as visitas técnicas, foi elaborada a versão em CD do registro fotográfico dos projetos de geração de renda observados, que acompanha o Relatório 1 - Resultados da Etapa de Prospecção.

De forma a complementar as informações obtidas nas visitas realizadas, agregaram-se a este Relatório as principais características dos grupos de municípios, diferenciados quanto ao grau de desenvolvimento, conforme a Tipologia dos Municípios Paranaenses (IPARDES, 2003), bem como os dados de estrutura agrária e outras estatísticas municipais, visando compor o referencial de escolha dos estudos de caso selecionados.

1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS VILAS RURAIS

A Etapa de Prospecção teve como principal finalidade conhecer e selecionar as Vilas Rurais nas quais fosse possível identificar famílias que, para garantir sua reprodução social, não apoiassem seus ganhos exclusivamente na produção agrícola, seja no lote da Vila, seja em áreas arrendadas e em parceria ou decorrentes de trabalho no Setor Agropecuário. As unidades familiares nas quais parte do orçamento doméstico tem origem em atividades não diretamente ligadas ao trabalho na terra, denominadas famílias pluriativas, compõem uma das parcelas de observação na investigação proposta sobre estratégias familiares. Entretanto, não foi possível fazer a identificação dessas famílias contando com as informações disponibilizadas *a priori*, de forma que se tornou necessária a etapa de reconhecimento a campo para uma seleção mais ajustada dos estudos de caso propostos na formulação do projeto de pesquisa.

As Vilas Rurais selecionadas para serem visitadas foram escolhidas inicialmente com base nos seguintes critérios:

- taxa de inadimplência do titular do financiamento;
- taxa de substituição dos moradores ou rotatividade das famílias;
- grau de diversificação da produção nos lotes e das atividades familiares.

Os critérios de taxa de inadimplência e de substituição referem-se ao ano de 2001, a partir da listagem das Vilas Rurais instaladas no Paraná, fornecida pela Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar). Estabeleceram-se como limites máximos a taxa de inadimplência de 24% e a taxa de substituição de moradores em torno de 10%, que correspondem às proporções médias observadas em IPARDES (2000).

Por sua vez, a diversificação da produção nos lotes refere-se aos dados fornecidos pela Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/PR), relativos ao ano de 2002, com informação do número de produtores (moradores) com produção animal, grãos, frutas, hortaliças, produtos transformados, produtos artesanais e produtos diversos.

Outros indicadores analíticos auxiliaram a elaboração do roteiro da viagem de prospecção, tais como:

- grau de desenvolvimento dos municípios paranaenses, conforme IPARDES (2003) e representado no mapa 1;
- Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDH-M);
- mesorregião geográfica do Estado, segundo o IBGE.

Após esse levantamento de dados e informações optou-se pela escolha de Vilas que, além de atenderem aos requisitos de inadimplência, substituição e diversificação de produção dos lotes, também estivessem localizadas em municípios com os melhores índices de desenvolvimento (tipologia dos municípios e IDH-M) em cada grupo, tendo todas as mesorregiões representadas. Desse modo, foram selecionadas 15 Vilas denominadas preferenciais e outras 19 Vilas para substituição (quadro 1).

A partir desse conjunto de informações, iniciaram-se as viagens a campo para o reconhecimento das Vilas e pré-teste do formulário de pesquisa. Essa fase estendeu-se por três semanas durante o mês de setembro de 2003, com o seguinte roteiro:

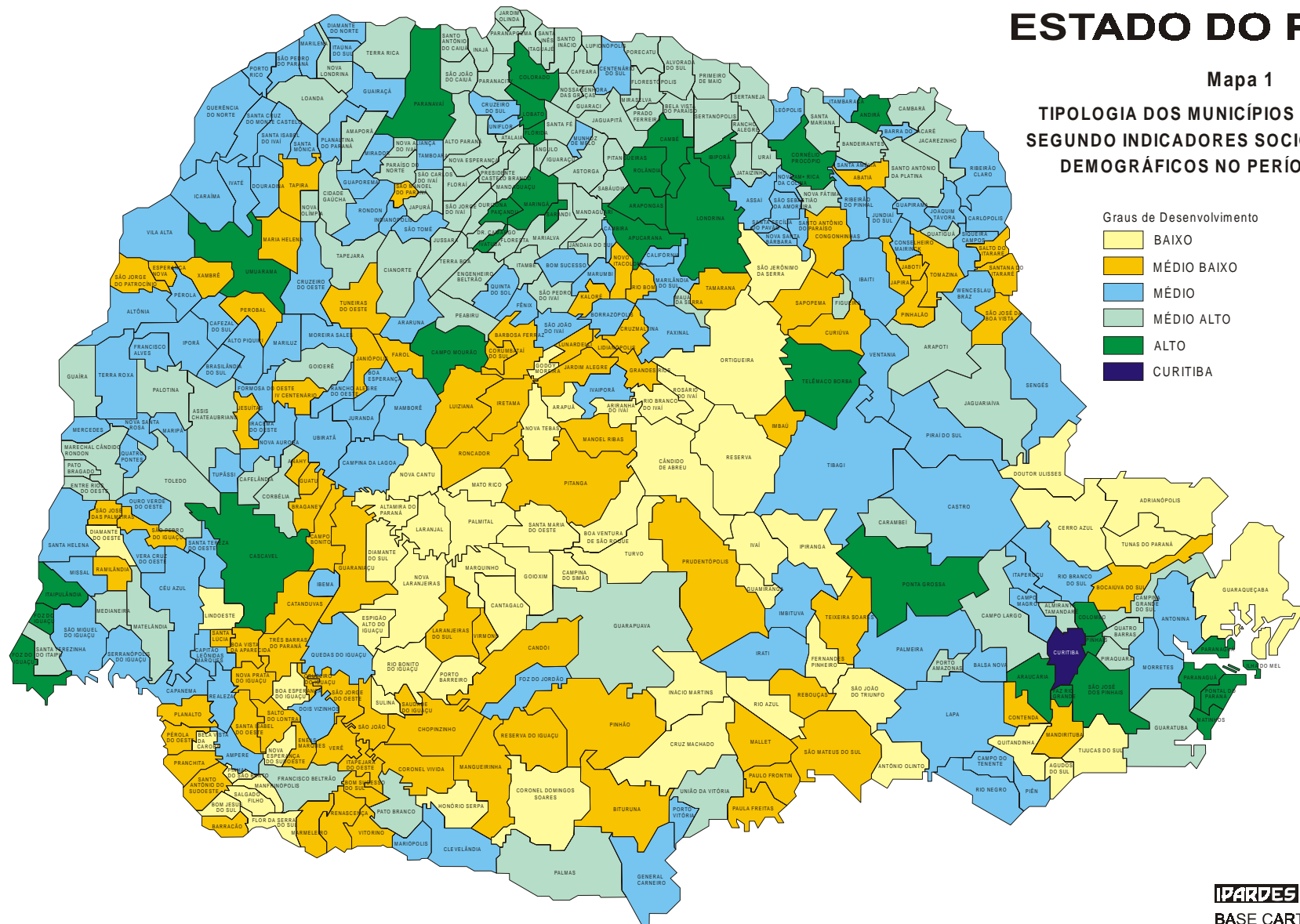
- 1.^a Etapa: Sudeste, Metropolitana e Centro-Oriental;
- 2.^a Etapa: Centro-Sul, Sudoeste e Oeste;
- 3.^a Etapa: Norte-Central, Noroeste, Centro-Occidental e Norte.

Os Extensionistas Locais da Emater/PR, que acompanharam as visitas técnicas às Vilas, prestaram valiosas informações para a tomada de decisão quanto à seleção dos estudos de caso. Em algumas situações, a indicação do Técnico Local da Emater/PR foi decisiva para definição da Vila a ser visitada, alterando o roteiro inicialmente proposto.

ESTADO DO PARANÁ

Mapa 1

TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES,
SEGUNDO INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E
DEMOGRÁFICOS NO PERÍODO 1991/2000



QUADRO 1 - VILAS RURAIS SELECIONADAS PARA ETAPA DE PROSPECÇÃO

MESORREGIÃO	PREFERENCIAIS ⁽¹⁾			SUBSTITUIÇÕES ⁽²⁾		
	Municípios	Vilas Rurais	Grau de desenvolvimento ⁽³⁾	Municípios	Vilas Rurais	Grau de Desenvolvimento ⁽³⁾
Metropolitana	Quitandinha	Lagoa Verde	1	Campo do Tenente	Renascer	3
Sudeste	Ivaí	Feliz	1	Ipiranga	Vida Nova	1
Centro-Sul	Turvo	Nova Esperança	1	Turvo	Pinheirais	1
Sudoeste	Verê	Floresta	2	Dois Vizinhos	Verdes Campos	3
Oeste	Toledo	Salto S. Francisco	4	Braganey	Luz da Terra	2
	Anahy	Bela Vista	2	Sta. T. Oeste	Adenir Renosto	3
Centro-Occidental				Matelândia	Santa Maria	4
	Campo Mourão	Pedro Kloster	5	Janiópolis	Elias Abraão	2
	Terra Boa	Nova Jerusalém	4	Araruna	Sol Nascente	3
Noroeste				Eng. Beltrão	Portal do Sol	4
	Umuarama	São Carlos	5	São João do Caiuá	União	4
	Tapejara	Santana	4	Guairaçá	Santa Terezinha	3
Norte Central	Tuneiras do Oeste	Gralha Azul	2	Xambê	José Ferreira de Oliveira	2
	Rolândia	Da Paz	5	Pitangueiras	Manoel Garcia Espinosa	4
Norte Pioneiro	Bom Sucesso	São Francisco de Assis	3	Ourizona	Antonio Picolli	4
	Santo Antônio do Paraíso	Renascer	3	Siqueira Campos	Alemao	3
Centro-Oriental				Jacarezinho	Novo Texas	4
	Palmeira	Real	3	Ponta Grossa	Guaragi	5
				Tibagi	Santa Rosa	3

FONTE: IPARDES. **Tipologia dos municípios paranaenses segundo indicadores socioeconômicos e demográficos.** Curitiba, 2003

(1) Vilas preferenciais = 15.

(2) Vilas para substituição = 19.

(3) Grupos de Desenvolvimento: 1 - baixo desenvolvimento; 2 - médio-baixo desenvolvimento; 3 - médio desenvolvimento; 4 - médio-alto desenvolvimento; 5 - alto desenvolvimento.

2 PROSPECÇÃO EM MUNICÍPIOS COM BAIXO GRAU DE DESENVOLVIMENTO

Este grupo é composto por 57 municípios, que se concentram na região central do Estado, com algumas manchas na região do Vale do Ribeira e no centro-sul. Outros municípios do grupo situam-se dispersos no sudoeste, oeste e próximos à Região Metropolitana de Curitiba. A base da economia é essencialmente oriunda do setor agropecuário, e a receita municipal *per capita* é baixa. Embora as taxas de crescimento da indústria, dos serviços e o PIB municipal tenham crescido no período entre 1996 e 2000, os municípios do grupo 1 apresentam renda *per capita* inferior à média estadual. São regiões com baixa densidade demográfica, com crescimento da população urbana, e onde a ocupação de “autônomo” na agricultura (52,73% das pessoas ocupadas na agricultura) mostra a importante presença da agricultura familiar. As condições de infra-estrutura dos municípios, notadamente aquelas voltadas ao saneamento básico das moradias, são as mais precárias dentre os grupos e a média total dos municípios.

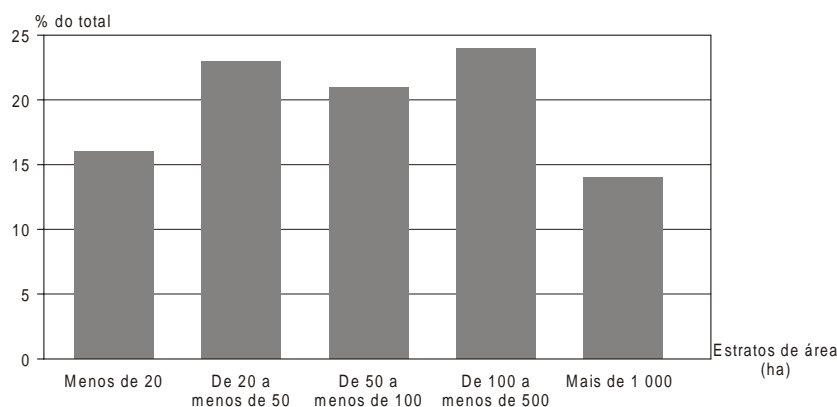
Para a etapa de prospecção em municípios com baixo grau de desenvolvimento foram selecionados os municípios de Ivaí, Quitandinha e Turvo.

2.1 ESTRUTURA AGRÁRIA NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS DO GRUPO 1

2.1.1 Estrutura Agrária do Município de Ivaí

A estrutura agrária do município de Ivaí apresenta uma distribuição de área onde predominam pequenos e médios produtores e os grandes produtores ocupam um pouco menos de 15% da área total (gráfico 1). A mão-de-obra familiar representa cerca de 97% do pessoal ocupado, o que indica a presença de agricultura familiar e de subsistência. Segundo dados do Censo Agropecuário, em 1995/1996 havia cerca de 1.816 estabelecimentos agropecuários, dos quais 77% eram conduzidos por proprietários.

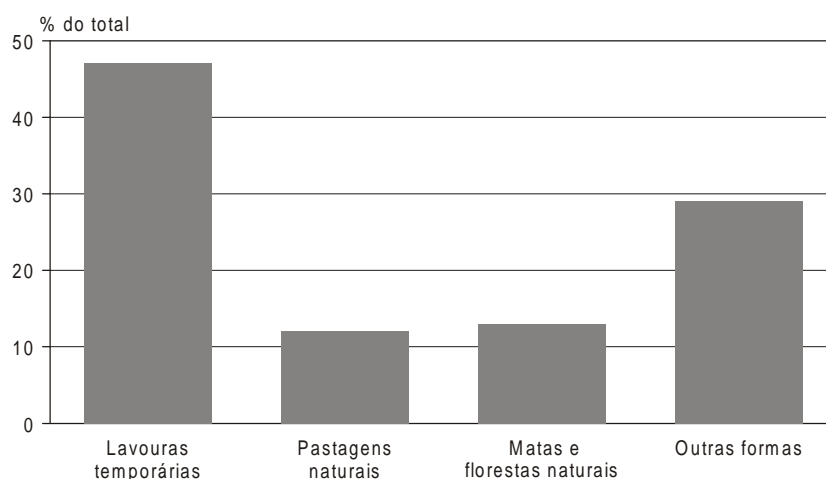
GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - IVAÍ - 1995-1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

A aptidão dos solos nesse município indica certa restrição de uso, pois apenas 50% de sua área é formada por solos considerados regulares para utilização, e a outra metade da área municipal corresponde a solo inapto para uso. Tal restrição se reflete na ocupação do espaço rural: observa-se que as lavouras temporárias ocupam praticamente a metade da área total, possivelmente aquelas de solos regulares; as pastagens naturais, matas e florestas naturais ocupam a outra metade da área municipal, nos solos inaptos para o cultivo de lavouras (gráfico 2).

GRÁFICO 2 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - IVAÍ - 1995-1996

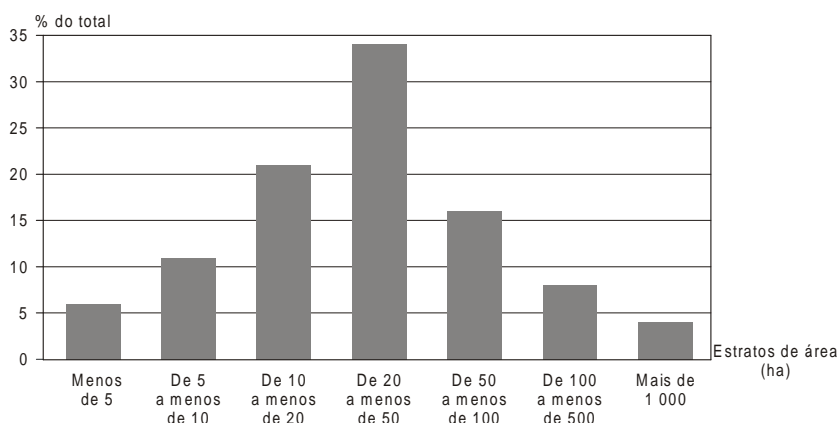


FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

2.1.2 Estrutura Agrária do Município de Quitandinha

No município de Quitandinha há predomínio de agricultura familiar, conduzida em pequenas propriedades, totalizando por volta de 75% da área municipal (gráfico 3). Quanto ao pessoal ocupado, observa-se que a mão-de-obra familiar corresponde a 93% e a proporção de empregados temporários é de apenas 4%.

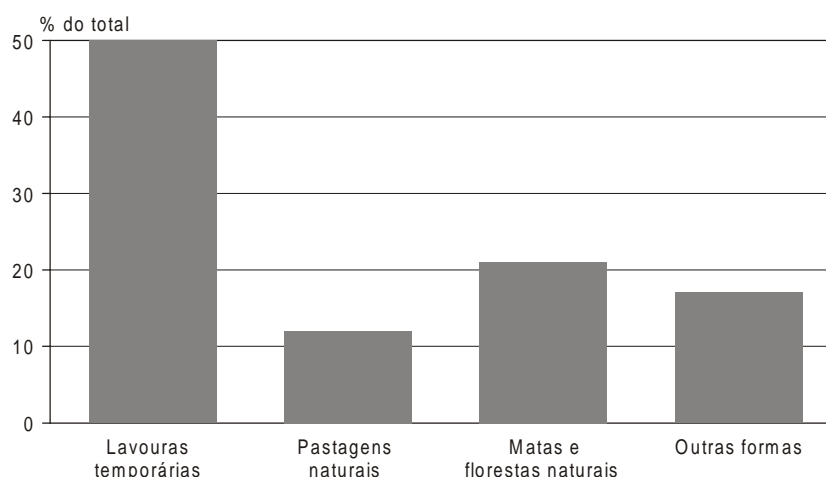
GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - QUITANDINHA - 1995-1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Em Quitandinha, 60% do solo é regular para uso e 40% é inapto. Destaca-se, nesse município, a utilização das terras com lavouras temporárias, que ocupam cerca de 50% da área total. As matas e florestas naturais ocupam cerca de 20% da área do município, indicando que a reserva legal é respeitada pelos proprietários rurais (gráfico 4). Segundo o Censo Agropecuário 1995/1996, havia cerca de 1.514 estabelecimentos agropecuários nesse período, dos quais 89% eram conduzidos por proprietários.

GRÁFICO 4 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - QUITANDINHA - 1995-1996

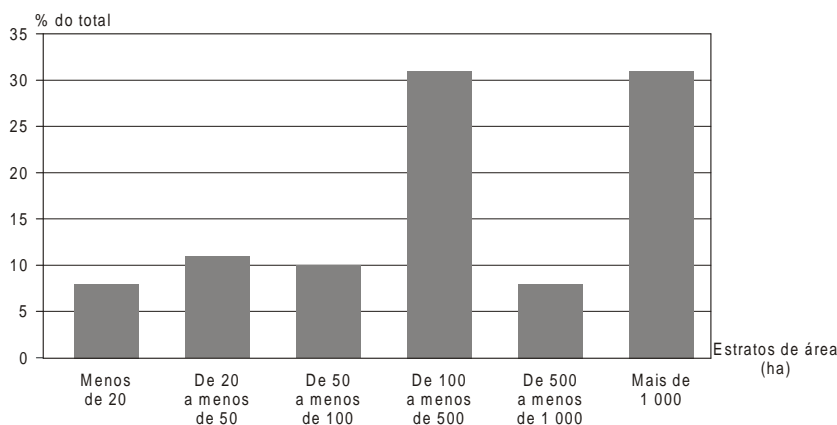


FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

2.1.3 Estrutura Agrária do Município de Turvo

O município de Turvo apresenta a estrutura fundiária mais concentrada, comparativamente a Ivaí e Quitandinha. Os pequenos produtores ocupam menos de 10% da área total. Conseqüentemente, destacam-se os médios e grandes produtores, que ocupam, somados, mais de 80% da área municipal (gráfico 5). Completa-se essa estrutura agrária com a informação de que, entre o pessoal ocupado, embora predomine mão-de-obra familiar (88%), há indicativo de existência de mercado de trabalho rural. De acordo com o Censo Agropecuário 1995/1996, havia 1.435 estabelecimentos agropecuários, dos quais cerca de 94% na condição de proprietários.

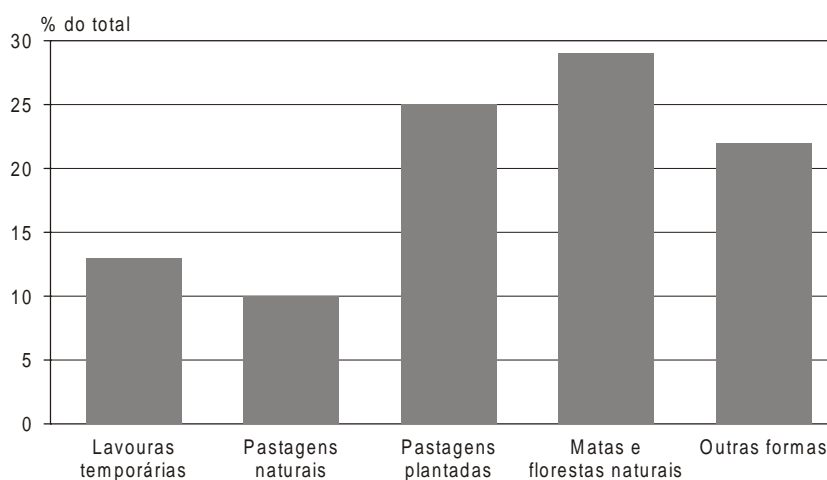
GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - TURVO - 1995-1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Quanto ao potencial de uso do solo, cerca de 80% das terras do município de Turvo são classificadas como regulares para utilização; 15% são formações consideradas inaptas para uso; e apenas 5% do solo caracteriza-se como bom. A utilização das terras, entretanto, destaca-se pela proporção significativa de pastagens plantadas, que ocupa um quarto das terras, indicando a ocupação por pecuária extensiva, típica de latifúndio. As matas e florestas naturais também são expressivas no município. Diferentemente dos outros dois municípios do grupo 1, as lavouras temporárias ocupam menos de 15% da área utilizada em Turvo (gráfico 6).

GRÁFICO 6 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - TURVO - 1995-1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Nos municípios de Ivaí e Quitandinha há predomínio de lavouras temporárias, que ocupam metade das terras utilizadas em produção agropecuária. No município de Turvo, contudo, são predominantes as pastagens plantadas, as matas e florestas naturais.

2.2 INFORMAÇÕES MUNICIPAIS E VISITAS ÀS VILAS RURAIS

2.2.1 Município de Ivaí: Vila Feliz

O município de Ivaí foi desmembrado do município de Ipiranga e instalado em 3/12/1961. Segundo os dados do Censo Demográfico 2000, a população total de 11.899 habitantes está assim distribuída: 31% na zona urbana e 69% na área rural. Apresenta uma área total de 596 km² e um PIB *per capita* de R\$ 5.237,00 no ano de 2001. No PIB total do município, observa-se a participação da agropecuária, com 53%; do setor serviços, com 32%; e do setor industrial, com apenas 15%.

A Vila Feliz, inaugurada em dezembro de 1996, conta com 19 unidades habitacionais e com o mesmo número de famílias. A Associação de Moradores, inicialmente criada por ocasião da construção das casas, foi transformada em Associação de Produtores, com o objetivo de comercialização de açúcar mascavo, melado, rapaduras, bolachas, pés-de-moleque, doces de abóbora, entre outros. A Associação também comercializa a produção de agricultores que não são moradores da Vila.

Há um grupo de seis mulheres que está trabalhando na microusina de açúcar mascavo, com capacidade de produção de 250 a 300 kg/dia, instalada com apoio parcial do Projeto Paraná 12 Meses (cerca de 30% do recurso total investido). A matéria-prima (cana-de-açúcar) provém da área comunitária da Vila (contígua à usina) e compra-se o que é possível da produção da outra Vila Rural do município.

A produção dos lotes se restringe ao atendimento para subsistência das famílias, basicamente com feijão, milho e frango caipira. Há restrição para cultivo de hortaliças pelo problema da falta de água.

Em muitas famílias a renda familiar é garantida com transferências sociais (aposentados e pensionistas), e alguns membros ativos das famílias encontram ocupação na cidade, porém o mercado de trabalho é incipiente. Há moradores que arrendam terra para plantio, enquanto outros são trabalhadores temporários na condução das lavouras de feijão e milho ou mesmo na colheita da cana-de-açúcar

da região. Apenas uma família está criando codorna e coelho e produz morango para venda no mercado local.

2.2.2 Município de Quitandinha: Vila Lagoa Verde

Apresentando uma área de 430 km², o município de Quitandinha conta com 15.272 habitantes, divididos em 20% de população urbana e 80% de população rural, segundo os dados do Censo Demográfico 2000. Foi desmembrado dos municípios de Contenda e de Rio Negro e instalado em 23/11/1961.

O município de Quitandinha tem como destaque a agropecuária, que representa cerca de 60% do PIB municipal, enquanto o setor serviços corresponde a 31%, e o da indústria a 9% do total. O PIB *per capita* do município é de R\$ 5.553,00 (dados referentes ao ano de 2001) e é o mais elevado no conjunto dos três municípios selecionados no grupo 1.

A Vila Lagoa Verde está situada ao lado do Parque Ambiental. Inaugurada no ano de 2000, possui 20 famílias moradoras. O grupo de vileiros é composto por prestadores de serviço, autônomos, aposentados ou pensionistas, empregadas domésticas ou servidores públicos. Alguns moradores dedicavam-se ao extrativismo vegetal, conhecidos como “mateiros”, de forma que já tinham habilidade de trabalhar com plantas medicinais. Na Vila há beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

O Projeto de Geração de Renda por meio de Plantas Medicinais na Vila Lagoa Verde teve início com a instalação de uma pesquisa de extensão universitária do Setor de Ciências Agrárias da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, com apoio financeiro da Fundação Araucária, pelo Programa de Extensão Universitária nas Vilas Rurais – Edital 03/2000.¹ O referido edital teve como objetivo principal

¹Informações fornecidas em entrevista pelo Prof. Dr. Marcelo Antunes Nolasco, biólogo, do curso de Agronomia da PUC-PR - Campus S. José dos Pinhais.

apoiar projetos de ensino e pesquisa que propiciassem a organização comunitária e o associativismo, que resultassem em geração de emprego e renda para os moradores nas Vilas Rurais implantadas no Paraná. Em seu diagnóstico inicial, o projeto foi proposto como alternativa de geração de renda para ocupação das mulheres moradoras nas Vilas, baseado no cultivo e comercialização de plantas medicinais. A definição das espécies para cultivo considerou a facilidade de plantio e o valor de mercado. As reuniões com os moradores, com expressiva participação, ocorriam no salão do parque ambiental, uma vez que a Vila não dispõe de Centro Comunitário. Participaram dessa etapa cerca de 14 famílias. Foram feitas a correção do solo e a compra de insumos pela equipe do projeto, e o primeiro plantio nos lotes da Vila ocorreu em outubro de 2001. Os moradores que participaram do grupo inicial foram acompanhados semanalmente pela equipe proponente. O cultivo de plantas medicinais foi complementado pela instalação de uma estufa para beneficiamento da produção, de forma a agregar valor de venda. A etapa considerada mais difícil, a comercialização, foi solucionada por meio de contrato de venda da produção inicial para uma central atacadista de plantas medicinais, com sede em Curitiba.

Em 2002, com recursos do Programa Paraná 12 Meses, foram instaladas outras duas estufas e o sistema de irrigação nos lotes. O ganho na primeira safra foi satisfatório, de modo que outros viliários se sentiram estimulados a participar e a ampliar a produção. Cerca de 17 viliários participaram da produção de calêndula (*Calendula officinalis*), realizada no inverno, e de melissa (*Melissa officinalis*), feita no verão. Porém, houve problema com essa expansão: em razão do verão bastante chuvoso, na safra 2002/2003 a produção ficou acima do esperado; o comprador atrasou o pagamento, devido a contratos feitos com uma importadora argentina, para a qual era destinado cerca de 50% do total comercializado pela central atacadista. Os problemas com a importadora argentina refletiram em dificuldade de escoamento da safra de plantas medicinais para outros mercados. Tais fatores geraram desânimo em alguns moradores, especialmente naqueles que não receberam pelos lotes de produção entregues, o que levou a uma seleção natural dos produtores mais aptos à atividade.

Há oito famílias que permanecem com bom padrão de qualidade para fornecimento. As estufas são de uso comunitário – embora tenham sido construídas em lote individual – e a área foi cedida por tempo indeterminado, em contrato firmado em cartório. Cada produtor seca individualmente e identifica seu lote de produção.

2.2.3 Município de Turvo: Vila Nova Esperança

Desmembrado do município de Guarapuava e instalado em 1/2/1983, o município de Turvo conta com uma população de 14.530 habitantes, dos quais 29% estão na zona urbana e 71% na área rural (Censo Demográfico 2000). A baixa proporção de população urbana é uma característica dos municípios do grupo 1.

O município de Turvo tem uma área de 912 km² e o menor PIB *per capita* (R\$ 4.436,00) entre os municípios do grupo 1. Apresenta a seguinte distribuição na participação dos setores no PIB total do município: o mais representativo é o setor serviços (37%), seguido pelo setor industrial (32%) e, por último, pelo setor agropecuário (31%). Tal distribuição difere dos outros dois municípios do grupo 1 e indica a ocorrência de desigualdade social, pois, embora seja significativa a participação do setor industrial no conjunto das atividades econômicas, o município apresenta baixo PIB *per capita*.

A Vila Nova Esperança conta com 30 famílias e foi inaugurada em 1997. A área do lote é de 7.000 m², ou seja, maior do que os lotes das demais Vilas implantadas. Há atividades muito interessantes, nas quais estão envolvidas 7 famílias, no fornecimento de massas, hortaliças, frango e ovos. Entretanto, tal produção destina-se exclusivamente ao fornecimento de alimentos aos funcionários de uma indústria papeleira instalada próximo à Vila Nova Esperança. Foram observadas as seguintes atividades:

- a) fábrica de massas - produz massa de macarrão, pastel e pirogue, na qualidade de 250 kg/semana ou 1.000 kg/mês. Nesta atividade estão envolvidas 3 famílias;

- b) abatedouro de frango - frango diferenciado, não confinado, com abate em 120 dias. Estão envolvidas apenas 3 famílias, quando anteriormente eram 10 na atividade. Há possibilidade de produção de uma tonelada de frango e mil dúzias de ovos. Cada aviário recebe cerca de 200 aves, sendo um de corte e outro de postura. As aves de postura ficam em produção cerca de 6 meses e são descartadas no primeiro ano. Assim, alternativamente, há um lote em produção e outro em crescimento. Quando chega o tempo de descarte das aves mais velhas, o outro lote (mais novo) entra em produção;
- c) fábrica de ração - a ração consumida pelas aves é preparada na Vila. A fábrica conta com um triturador de milho, um misturador para milho e farelo de soja, farelo de trigo, sais minerais e calcário para as aves de postura. O consumo mensal de ração na Vila é de 300 sacas de 25 kg;
- d) produção de hortaliças - produção orgânica, no ciclo biológico normal das espécies vegetais. As hortas são diversificadas com cerca de 5 a 6 espécies de hortaliças;
- e) teia - integração experimental em que são produzidas as mudas de hortaliças das espécies que necessitam de transplante na fase inicial do desenvolvimento vegetativo, tais como tomate e cebola.

A produção da Vila Nova Esperança atende a cerca de 570 funcionários da indústria instalada no distrito do município de Turvo. O abastecimento é feito três vezes por semana (às terças e quintas-feiras e nos sábados), totalizando cerca de 2.600 unidades ao mês. O funcionário recebe a cesta de hortaliças com o vale (tíquete) do dia; uma vez por semana são fornecidas massas, e a cada 15 dias uma dúzia de ovos. Uma vez por mês é fornecida uma unidade de frango. Houve época em que eram atendidos apenas 350 funcionários e havia 10 famílias produzindo frango, de forma que era possível fornecer frango abatido com maior frequência (3 vezes por mês).

3 PROSPECÇÃO EM MUNICÍPIOS COM MÉDIO-BAIXO GRAU DE DESENVOLVIMENTO

O segundo grupo de análise, considerado como de médio-baixo grau de desenvolvimento, representa um total de 90 municípios, espalhados em todas as regiões do Estado, embora apresente alguma concentração no sudoeste, centro e centro-sul.

É interessante observar que as características dos municípios do grupo 2 e do grupo 1 são muito semelhantes: são municípios agrícolas e pobres, cuja receita municipal *per capita* tem seu valor mínimo de R\$ 284,90; apresenta taxas negativas de crescimento da população total, baixa densidade demográfica; a agricultura familiar é representativa e alcança cerca de 41,54% dos ocupados na agricultura. Os indicadores de saneamento básico, embora melhores que os do grupo 1, continuam abaixo da média estadual; os de educação, por sua vez, são melhores inclusive que a média geral.

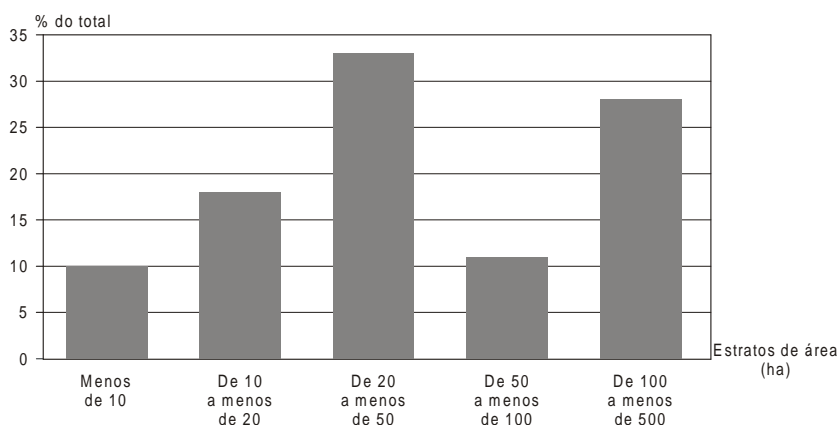
Para o conjunto de municípios do grupo 2, foram selecionadas as Vilas localizadas em Anahy, Braganey e Verê.

3.1 ESTRUTURA AGRÁRIA NOS MUNICÍPIOS DO GRUPO 2

3.1.1 Estrutura Agrária do Município de Anahy

De acordo com o Censo Agropecuário de 1995/1996, havia cerca de 460 estabelecimentos agropecuários, dos quais 78% conduzidos por proprietários, e 18% na condição de parceiros, com predomínio de pequenos agricultores. O destaque fica com os pequenos produtores com área até 50 hectares, cuja representatividade no município alcança mais que o dobro de terras ocupadas pelos médios produtores (gráfico 7). Quanto ao pessoal ocupado, cerca de 95% do total é representado pela mão-de-obra familiar.

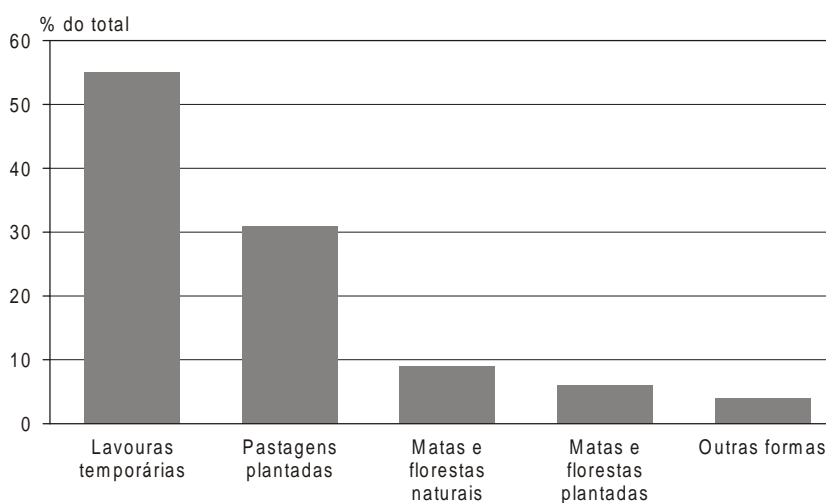
GRÁFICO 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - ANAHY - 1995-1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Em Anahy, a capacidade potencial de uso do solo indica que 60% deste é regular, 30% é inapto e 10% é bom. A utilização das terras neste município é constituída basicamente por lavouras temporárias e pastagens plantadas, somando mais de 80% das terras (gráfico 8).

GRÁFICO 8 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - ANAHY - 1995-1996

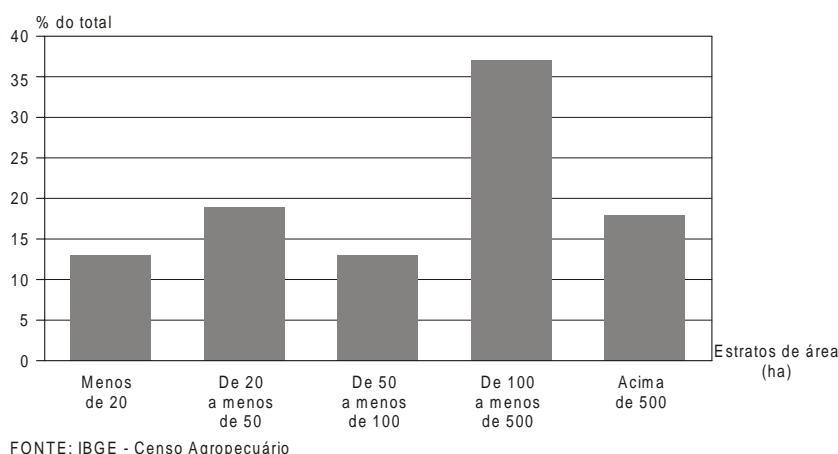


FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

3.1.2 Estrutura Agrária do Município de Braganey

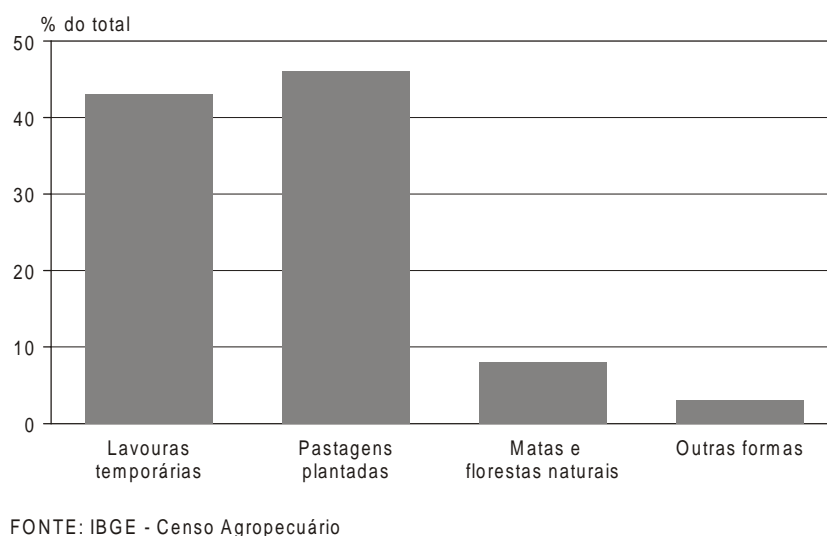
Segundo dados do Censo Agropecuário de 1995/1996, havia no município de Braganey cerca de 813 estabelecimentos agropecuários, dos quais 87% na condição de proprietários. Há predominância de médios e grandes produtores, embora os pequenos produtores também ocupem parcela significativa das terras (gráfico 9).

GRÁFICO 9 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - BRAGANEY - 1995-1996



O município de Braganey apresenta uma divisão interessante no que diz respeito ao uso potencial do solo: cerca de 35% é considerado bom, 35% é considerado regular para uso, e 30% é solo inapto para utilização. As lavouras temporárias e pastagens plantadas ocupam parcela significativa das áreas utilizadas com explorações agropecuárias (gráfico 10).

GRÁFICO 10 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - BRAGANEY - 1995-1996

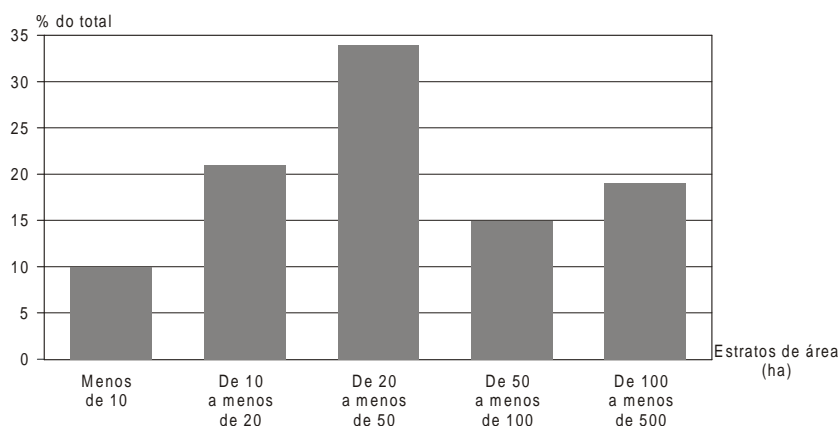


3.1.3 Estrutura Agrária do Município de Verê

Em 1995 havia cerca de 1.400 estabelecimentos agropecuários em Verê, dos quais 89% conduzidos por pequenos proprietários, que detêm a grande maioria

das terras. O restante delas é ocupado por médios produtores, não se verificando grandes latifundiários no município (gráfico 11).

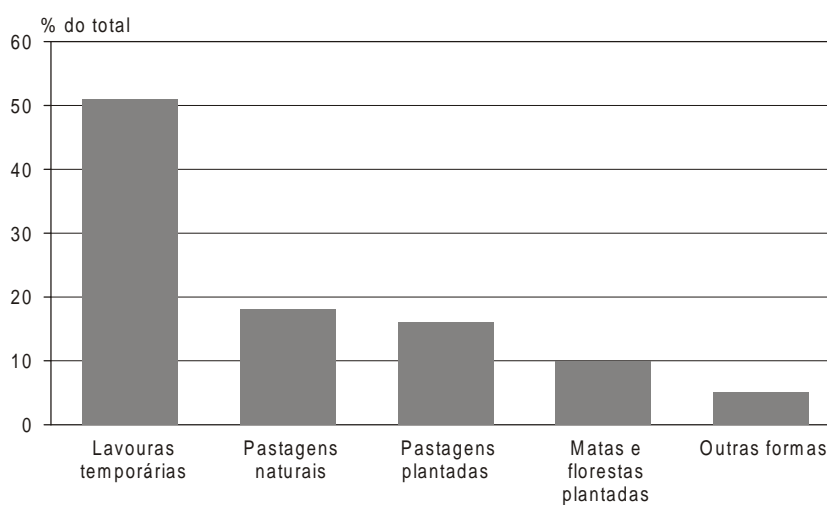
GRÁFICO 11 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - VERÊ - 1995-1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

O município apresenta 60% de sua área com solo regular para uso, outros 25% são considerados solos inaptos, e 15% do total é solo bom. As lavouras temporárias ocupam cerca de três vezes mais área do que as pastagens naturais, e as pastagens plantadas são as segundas maiores formas de utilização das terras (gráfico 12).

GRÁFICO 12 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - VERÊ - 1995-1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Verê e Anahy apresentam proporção considerável de pequenos produtores: cerca de 65% e 61%, respectivamente. Percebe-se também, nesses municípios, a inexistência de grandes produtores e proporção significativa de médios produtores. Já o município de Braganey apresenta destaque maior para os médios e grandes produtores.

Em Verê e Anahy há predomínio de lavouras temporárias, que representam mais de 50% da utilização das terras. O município de Braganey, embora apresente grande proporção de lavouras temporárias (43%), destaca-se em pastagens plantadas (46%).

Pode-se estabelecer uma relação entre os produtores e as formas de utilização das terras: Verê e Anahy sobressaem pelas lavouras temporárias e pelos pequenos produtores; Braganey caracteriza-se mais pelos médios e grandes produtores, notando-se que as lavouras temporárias dividem espaço com as pastagens plantadas. Nos três municípios, mantém-se em torno de 10% a proporção de matas e florestas.

De acordo com o Censo Agropecuário 1995/1996, nos municípios de Verê e Anahy a mão-de-obra é basicamente familiar; o município de Braganey, entretanto, apresenta 81% de mão-de-obra familiar, e tem seu mercado de trabalho composto por parceiros (9%), empregados permanentes (7%) e empregados temporários (4%).

A proporção de proprietários nos municípios de Verê e Braganey é elevada – em torno de 90%. Em Anahy, entretanto, esse percentual totaliza cerca de 78% e apresenta proporção significativa de parceiros (18%), indicando a existência de forma diferenciada de acesso a terra em relação aos outros dois municípios desse grupo.

3.2 INFORMAÇÕES MUNICIPAIS E VISITAS ÀS VILAS RURAIS

3.2.1 Município de Verê: Vila de Sede Progresso

Verê, com uma área de 324 km², foi desmembrado do município de Dois Vizinhos e instalado em 26/10/1963. Com uma população total de 8.721 habitantes, a população urbana é responsável por 35% desse total, enquanto a rural representa 65% dos habitantes (Censo Demográfico 2000).

Os dados do PIB do município de Verê demonstram grande uniformidade entre os municípios do grupo 2. O PIB *per capita* em 2001 foi de R\$ 7.538,00, valor este muito próximo dos PIBs dos municípios de Anahy e Braganey, e a distribuição da participação dos setores no PIB municipal também é muito semelhante: o setor agropecuário representa 57%; o setor serviços, 30%; e o setor industrial, 13%.

A Vila Rural Floresta foi substituída em função de que a Vila Rural Sede Progresso (inaugurada em dezembro de 2000) encontra-se melhor estruturada em termos do projeto comunitário de produção de flores, gerando ocupação e renda para 15 das 19 famílias moradoras na Vila. Todo processo produtivo é conduzido pelas mulheres.

A Associação dos Produtores de Flores da Vila Rural de Sede Progresso desenvolve o Projeto Flores, em iniciativa conjunta da Associação com o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa-PR), Departamento de Agricultura de Verê e Ação Social da Prefeitura Municipal, objetivando a produção e comercialização de flores, de forma conjunta e solidária, visando ao desenvolvimento social, econômico e ambiental. A Associação tem normas de funcionamento documentadas desde julho de 2002 e fornece mudas de flores para a Prefeitura Municipal de Verê. A produção conta com duas estufas e demais equipamentos (sistema de irrigação, bandejas para semeadura, equipamentos e utensílios, entre outros), que foram instalados com apoio do Projeto Paraná 12 Meses, em parceria com a Prefeitura Municipal. As estufas estão localizadas na área comunitária da Vila. O funcionamento do trabalho na

condução dos viveiros obedece ao regimento interno da Associação. Controla-se o tempo de dedicação de cada morador, de modo que no final do mês se saiba o tempo de trabalho de cada um. O morador recebe R\$ 1,30/hora de trabalho. O custo médio de produção é entre R\$ 2,00 e R\$ 3,00/caixa de flor, e a comercialização ocorre a R\$ 5,00/caixa. As sementes das flores são compradas pela Associação por meio da Capa, que orienta todo o processo produtivo, inclusive a comercialização.

A condução da atividade desenvolvida nessa Vila, com o trabalho associado e a ocupação das mulheres, confere características peculiares para a Vila Rural de Sede Progresso, tornando-a interessante como estudo de caso para alternativas de produção, embora a ocorrência de famílias pluriativas não tenha sido registrada, a condução do lote se limite à subsistência das famílias e as demais ocupações dos moradores sejam como trabalhadores rurais temporários.

3.2.2 Município de Braganey: Vila Luz da Terra

O município de Braganey apresenta 6.191 habitantes, segundo o Censo Demográfico 2000. Cerca de 45% da população é urbana, e 55% é caracterizada como rural. Com uma área de 356 km², foi desmembrado do município de Corbélia e instalado em 1/2/1983.

Em Braganey, o PIB *per capita* no ano de 2001 foi de R\$ 7.536,00. A participação do setor agropecuário no PIB total do município foi de 56%, enquanto a do setor serviços foi de 34%, e a do setor da indústria de apenas 10%.

A Vila Luz da Terra foi inaugurada em junho de 2000 e conta com 27 unidades. Nessa Vila foram organizados dois grupos de geração de renda: irrigação e marcenaria. O conjunto de irrigação para produção de hortaliças foi instalado em 10 lotes para as famílias que desenvolvem essa atividade. O conjunto de irrigação está implantado nas hortas comerciais instaladas nos lotes. O grupo de marcenaria é

formado por três famílias, que trabalham nos finais de semana produzindo batente de porta. Deste último grupo, apenas um vileiro tem experiência como marceneiro.²

3.2.3 Município de Anahy: Vila Bela Vista

Anahy, assim como Braganey, foi desmembrado do município de Corbélia, mas instalado apenas em 1/1/1993. Com uma área de 107 km², apresenta, conforme os dados do Censo Demográfico 2000, uma população de 3.011 habitantes, sendo 54% população urbana e 46% população rural.

Em Anahy, 56% do PIB do município é referente ao setor agropecuário; o setor serviços representa 34%; e o setor industrial tem uma participação de 10%. O PIB *per capita* do município, em 2001, era de R\$ 7.817,00.

Esta é uma pequena Vila, inaugurada em dezembro de 1999, com apenas 12 unidades, situada nas proximidades da cidade, em lugar elevado e ao lado de uma grande lavoura. A visita técnica ocorreu em uma casa na qual, além da condução do lote com culturas para subsistência (hortaliças, feijão, milho, mandioca e frangos), a mulher dedica-se aos trabalhos artesanais de arranjos de flores artificiais e cestas com fibra de bananeira. Esses trabalhos ocorrem por incentivo e dedicação da técnica social, profissional da Emater, e para atender à demanda da primeira-dama do município, principal compradora dos arranjos florais.

Formaram-se dois grupos de geração de renda: fábrica de vassouras e unidade de costura. A construção dos galpões que servem para as duas atividades separadamente e a compra de máquinas foram apoiadas pelo Paraná 12 Meses. A fábrica de vassoura fez o plantio da piaçaba, portanto sem atividade produtiva no momento da visita à Vila; o grupo de costura está funcionando com quatro mulheres,

²Na viagem técnica de reconhecimento das Vilas selecionadas não foi possível entrevistar nenhum vileiro que integra grupo de geração de renda, pois estavam todos trabalhando fora da Vila, em ocupações rurais temporárias, e encontravam-se em casa apenas as mulheres, que em geral não participam das atividades produtivas, o que limitou a coleta de informações.

que produzem camisetas e roupas infantis de malha. A comercialização é feita por elas próprias, no estilo “sacoleiras”; a malha é comprada a R\$ 3,00/kg, suficiente para produzir cerca de 10 peças de roupa, comercializadas entre R\$ 1,50 e R\$ 2,50 cada. Iniciaram também a produção de estopa para postos de gasolina. Para essa produção compram retalho de malha a R\$ 0,40/kg e vendem a R\$ 2,50/kg.

4 PROSPECÇÃO EM MUNICÍPIOS COM MÉDIO GRAU DE DESENVOLVIMENTO

A posição intermediária em relação aos demais agrupamentos é representada por 120 municípios do grupo 3, os quais são menos dispersos no Estado do que os grupos anteriores. A característica de destaque é que esses municípios concentram-se principalmente nas regiões: oeste, no eixo Cascavel/Foz do Iguaçu; noroeste, no entorno de Umuarama e Campo Mourão; norte-velho, próximo a Santo Antônio da Platina e Jacarezinho; e sul, no entorno de Ponta Grossa. Encontram-se próximos de um município-pólo, grande e altamente urbanizado, refletindo benefícios de infra-estrutura, renda, educação, saúde, entre outros. São municípios com sua economia voltada para a agricultura; medianamente pobres, com receita municipal *per capita* e PIB *per capita* ligeiramente superiores à média total; com crescimento da população total e taxa de urbanização superiores à média total dos municípios (embora o crescimento da população urbana tenha sido o menor dentre os grupos); baixa densidade demográfica; e com boas condições de saneamento básico para a população, ou seja, apresentam indicadores de abastecimento de água e coleta de lixo superiores à média geral.

Para o conjunto de municípios do grupo 3 foram selecionadas as Vilas localizadas em Araruna, Dois Vizinhos, Campo do Tenente, Palmeira, Santo Antônio do Paraíso, Serranópolis do Iguaçu e Tibagi.

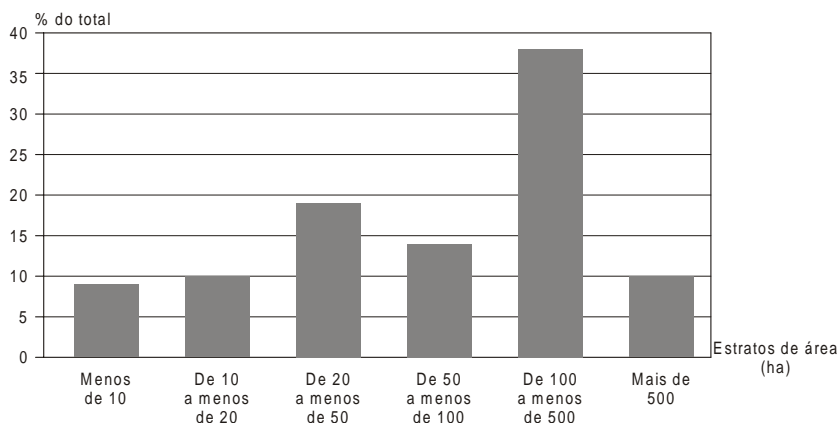
4.1 ESTRUTURA AGRÁRIA NOS MUNICÍPIOS DO GRUPO 3

4.1.1 Estrutura Agrária do Município de Araruna

De acordo com o Censo Agropecuário de 1995/1996, havia cerca de 1.366 estabelecimentos agropecuários no município de Araruna, dos quais 88% representados por pequenos e médios proprietários. Cabe observar que os médios produtores ocupam uma área significativamente maior do que os pequenos agricultores. Não há estabelecimentos com área acima de 1.000 ha, e deve-se destacar o estrato de 100 ha a menos de 500 ha, que ocupa uma área parecida com

aquela ocupada pelos pequenos produtores (gráfico 13). A mão-de-obra familiar é predominante em Araruna, atingindo os 84%, mas a existência de mercado de trabalho agrícola é indicada pela proporção de empregados permanentes (9%).

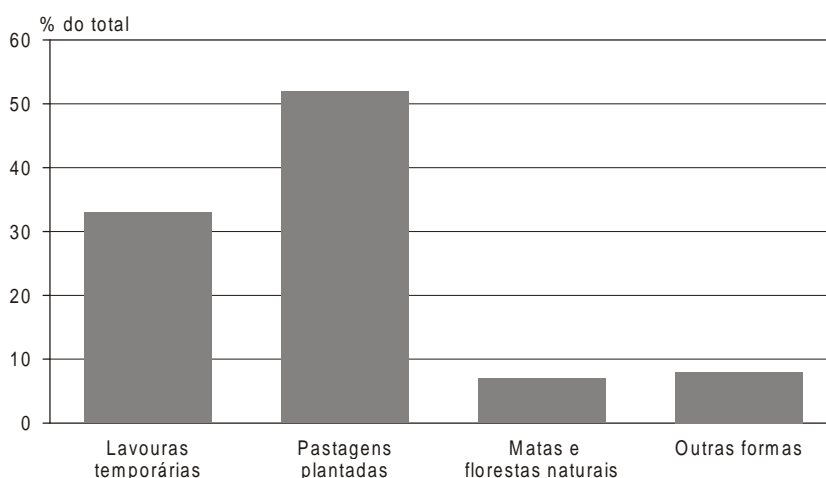
GRÁFICO 13 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - ARARUNA - 1995-1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

O município de Araruna tem restrição quanto ao uso potencial do solo, uma vez que cerca de 65% da área municipal é de solo inapto, outros 25% são de solo regular e apenas 10% do solo é considerado bom. As restrições de potencial de uso se refletem na ocupação agrícola do solo: merecem destaque as pastagens plantadas, que ocupam metade da área municipal. As lavouras temporárias ocupam mais de 30% das terras (gráfico 14).

GRÁFICO 14 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - ARARUNA - 1995-1996

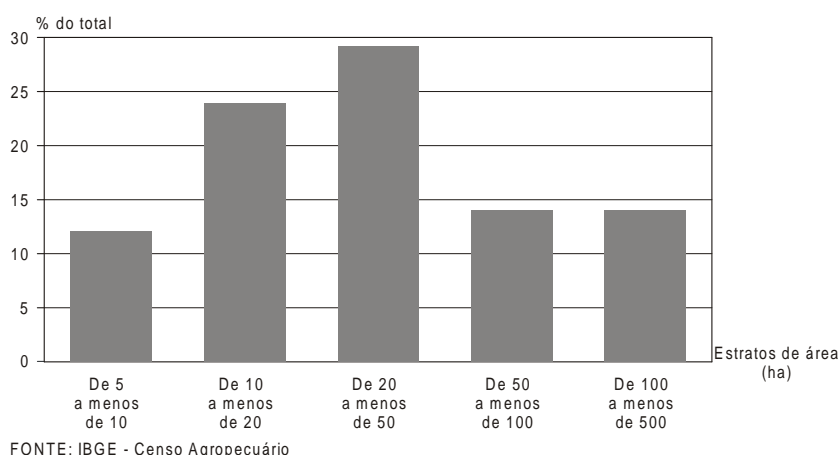


FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

4.1.2 Estrutura Agrária do Município de Dois Vizinhos

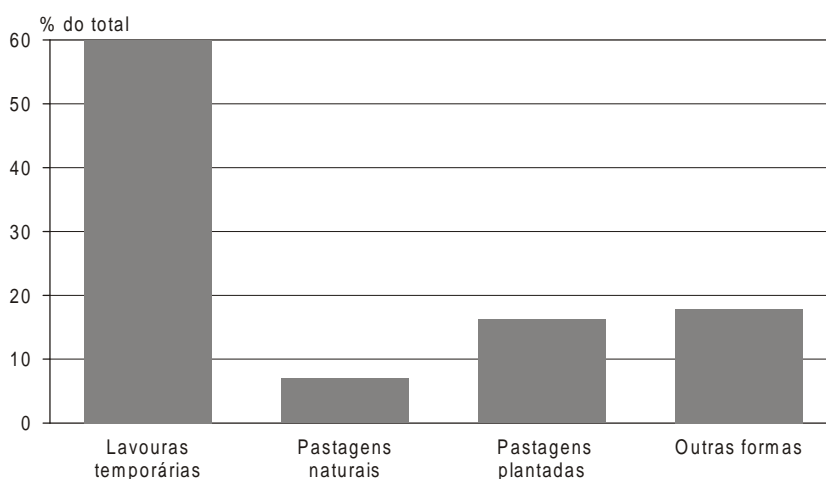
Assim como o município de Araruna, Dois Vizinhos não apresenta estabelecimentos com mais de 1.000 ha, sendo formado basicamente por pequenos e médios produtores. Os pequenos produtores destacam-se por ocupar mais de 70% da área total do município (gráfico 15). Quanto ao pessoal ocupado, em Dois Vizinhos a mão-de-obra familiar representa 91%. Segundo dados do Censo Agropecuário 1995/1996, havia 2.124 estabelecimentos agropecuários, dos quais 91 representados por proprietários. Isso posto, pode-se afirmar que esse município tem como característica predominante a agricultura familiar.

GRÁFICO 15 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - DOIS VIZINHOS - 1995-1996



Quanto ao uso potencial do solo, em Dois Vizinhos há predominância de solo regular (65%); solos inaptos para uso ocupam 30% da área municipal; e apenas 5% das terras são de solo bom. Destacam-se as lavouras temporárias nesse município, que ocupam 60% das terras. Outra forma de utilização é com pastagens, que ocupam por volta de 20% das terras (gráfico 16).

GRÁFICO 16 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - DOIS VIZINHOS - 1995-1996

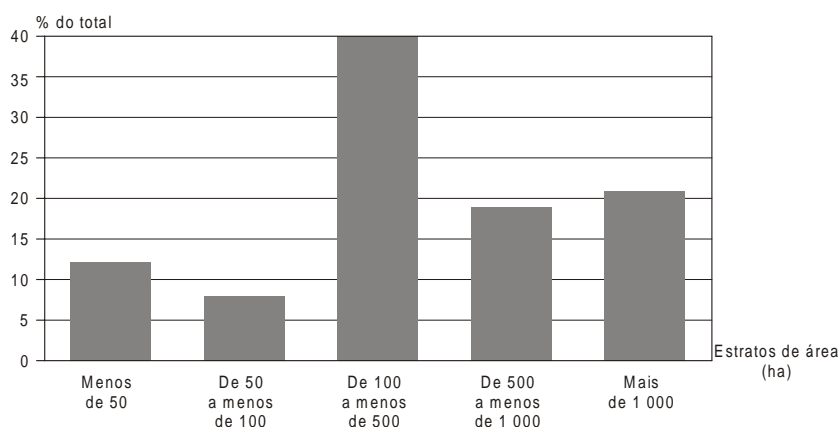


FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

4.1.3 Estrutura Agrária do Município de Santo Antônio do Paraíso

De acordo com o Censo Agropecuário de 1995/1996, havia em Santo Antônio do Paraíso apenas 230 estabelecimentos agropecuários, dos quais 91% representados por proprietários, com predominância de médios e grandes produtores. Destaca-se o estrato de área entre 100 ha e menos de 500 ha, que ocupa cerca de 40% da área municipal (gráfico 17). A mão-de-obra familiar representa 49% do pessoal ocupado, e o mercado de trabalho rural é significativo, com 30% de empregados temporários e 17% de empregados permanentes. Pode-se afirmar que a estrutura agrária nesse município é mais concentrada, comparativamente a outros municípios selecionados do Grupo 3, e constata-se a existência de relações capitalistas no campo. Cabe ressaltar que 21% da área municipal é ocupada por apenas três estabelecimentos agropecuários.

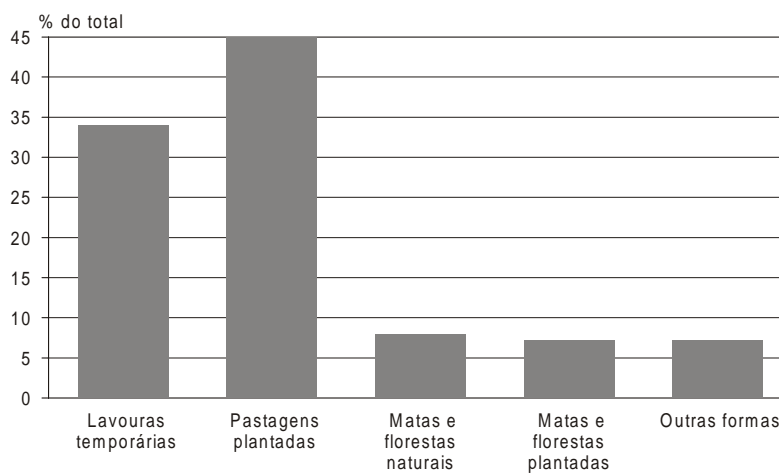
GRÁFICO 17 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO - 1995-1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Os solos são ocupados predominantemente por pastagens, embora Santo Antônio do Paraíso não apresente grandes restrições de capacidade de uso de solo: 85% da área do município é ocupada por solos com bom potencial de uso e apenas 15% são solos regulares. As matas e florestas também merecem certo destaque frente às outras utilizações, indicando proporções inferiores à reserva legal de 20% (gráfico 18).

GRÁFICO 18 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO - 1995-1996

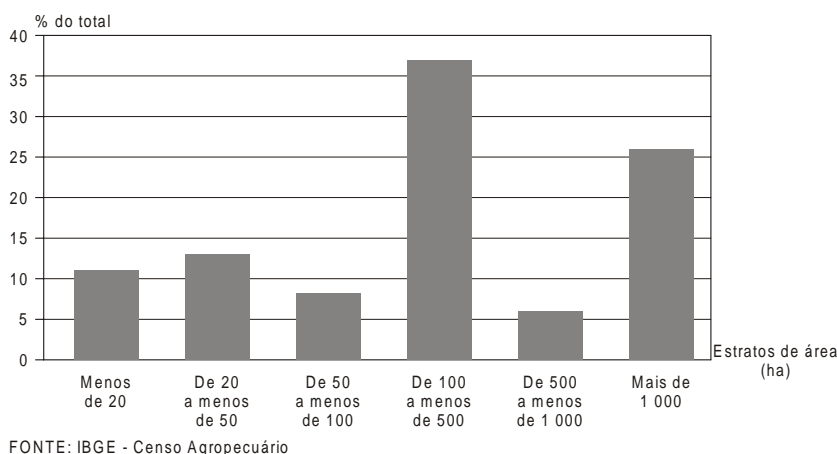


FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

4.1.4 Estrutura Agrária do Município de Campo do Tenente

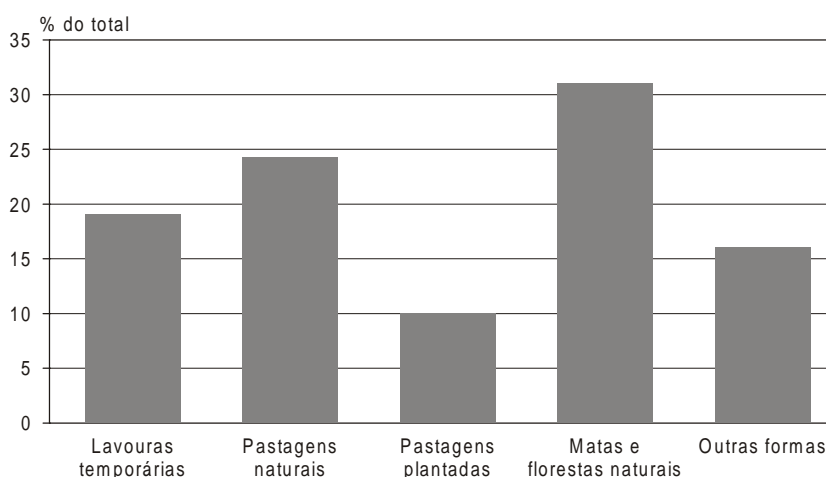
De acordo com o Censo Agropecuário 1995/1996, havia em Campo do Tenente cerca de 360 estabelecimentos agropecuários, dos quais 96% conduzidos por proprietários, com destaque para os médios e grandes produtores. Da área total do município, 35% situam-se no estrato de 100 ha a menos de 500 ha (gráfico 19). Ressalta-se aqui a concentração fundiária, pois apenas três estabelecimentos ocupam 26% da área total municipal. Quanto ao pessoal ocupado na agricultura, há proporção significativa de mão-de-obra familiar (53%) e empregados temporários (35%).

GRÁFICO 19 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - CAMPO DO TENENTE - 1995-1996



Em Campo do Tenente, 70% dos solos são classificados como regulares para utilização, e os outros 30% são solos inaptos. A utilização das terras é bastante diversificada: as matas e florestas naturais ocupam cerca de 30% das terras; as pastagens naturais, quase 25%; as lavouras temporárias, menos de 20%; e as pastagens plantadas, pouco menos de 10% da área total do município (gráfico 20).

GRÁFICO 20 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - CAMPO DO TENENTE - 1995-1996

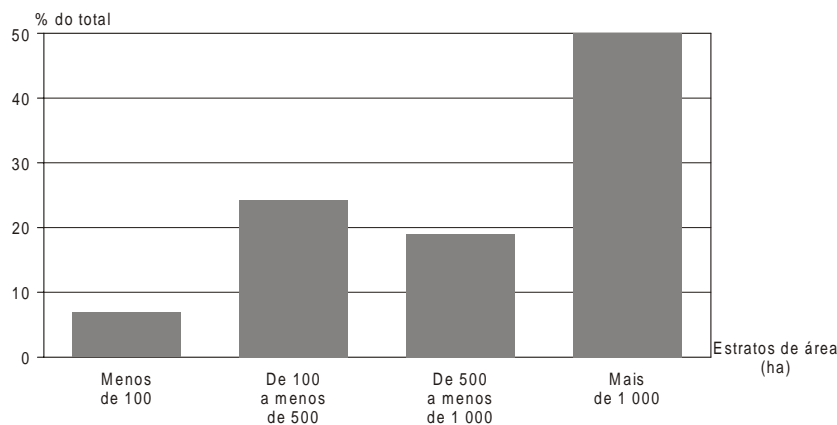


FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

4.1.5 Estrutura Agrária do Município de Tibagi

De acordo com os dados do Censo Agropecuário 1995/1996, o município de Tibagi contava com 1.312 estabelecimentos agropecuários, que ocupavam área de 270.522 hectares. Desse total, apenas 64 estabelecimentos ocupavam 135.092 hectares. O município apresenta uma nítida concentração fundiária, pois 50% de sua área é ocupada por estabelecimentos com mais de 1.000 hectares (gráfico 21). Há predominância de proprietários (88%), mas constata-se também a presença de arrendatários (10%). O mercado de trabalho indica a ocorrência de agricultura capitalista com proporção de 30% de empregados permanentes.

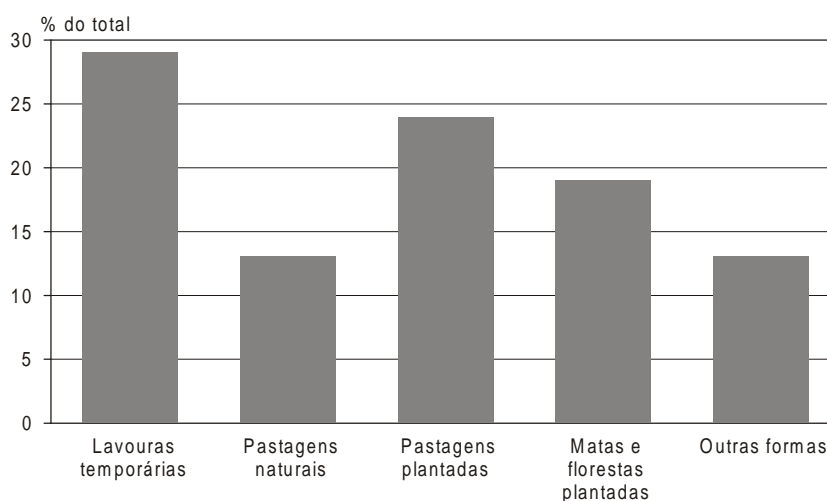
GRÁFICO 21 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - TIBAGI - 1995-1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Quanto ao uso potencial do solo, Tibagi tem metade de sua área ocupada por solos regulares para uso e a outra metade é de solos inaptos. É um município constituído basicamente por lavouras temporárias (quase 30% da área total), pastagens naturais (13%), pastagens plantadas (24%) e matas e florestas naturais (19%) – gráfico 22.

GRÁFICO 22 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - TIBAGI - 1995-1996

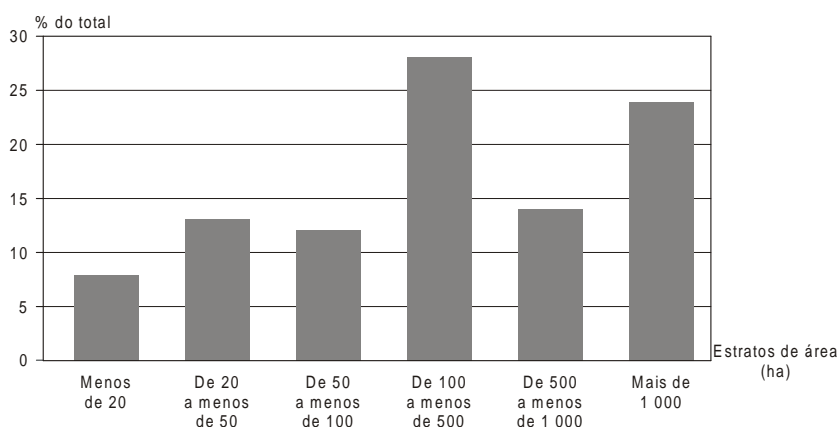


FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

4.1.6 Estrutura Agrária do Município de Palmeira

O Censo Agropecuário de 1995/1996 apontava a existência de 1.787 estabelecimentos agropecuários no município de Palmeira, dos quais 85% na condição de proprietários. Este município apresenta uma estrutura agrária semelhante à do município de Tibagi, com grande concentração de terras entre os grandes produtores: cerca de 24% da área total é ocupada por apenas 13 estabelecimentos, totalizando 23.702 hectares. Entretanto, convivendo ao lado desses grandes proprietários, encontra-se uma proporção significativa de pequenos agricultores familiares (gráfico 23). A existência de mercado de trabalho é observada pela presença de empregados permanentes (9%) e empregados temporários (7%).

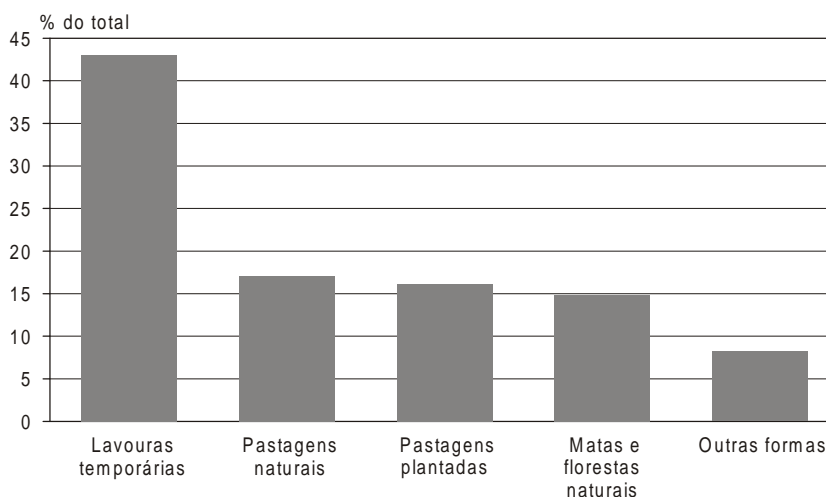
GRÁFICO 23 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - PALMEIRA - 1995-1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Quanto ao uso potencial do solo, o município de Palmeira apresenta 85% de sua área ocupada por solos regulares, 10% por solos inaptos e apenas 5% por solos com boa aptidão de uso. As lavouras temporárias são o grande destaque, ocupando mais de 40% do total das terras do município. A utilização das terras com pastagens plantadas, pastagens naturais, as matas e florestas naturais têm proporções em torno de 15% (gráfico 24).

GRÁFICO 24 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - PALMEIRA - 1995-1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

As lavouras temporárias e as pastagens plantadas são formas predominantes de utilização das terras nos municípios do grupo 3. Os municípios de Dois Vizinhos e Palmeira sobressaem pela ocorrência de lavouras temporárias, as quais ultrapassam

cerca de 40% da área municipal com essa forma de utilização. Por outro lado, os municípios de Araruna e Santo Antônio do Paraíso se destacam pela presença de pastagens plantadas, indicando que a produção animal é mais expressiva do que a agricultura, enquanto opção econômica local. Os municípios de Campo do Tenente e Tibagi têm uma distribuição peculiar quanto à utilização das terras, especialmente em relação a lavouras permanentes, lavouras temporárias em descanso e terras produtivas não utilizadas. Campo do Tenente tem uma proporção significativa de matas e florestas naturais, acima da reserva legal de 20%, situação pouco freqüente no Paraná.

Os municípios selecionados para prospecção no grupo 3 caracterizam-se pela ocupação extensiva das terras. Excetuando-se Dois Vizinhos, todos os outros apresentam as maiores proporções de área divididas em apenas dois estratos: de 100 ha a menos de 500 ha, e com mais de 1.000 hectares. São municípios de grandes proprietários, com destaque para Santo Antônio do Paraíso, onde apenas 3 estabelecimentos concentram 21% da área total. Em Dois Vizinhos, entretanto, os pequenos produtores ocupam praticamente 70% da área municipal, e não ocorrem estabelecimentos com área maior que 1.000 ha, situação que o diferencia dos demais municípios desse grupo.

A condição de proprietário é predominante em todos municípios do grupo, alcançando proporções entre 96% do total de produtores em Campo do Tenente e 85% em Palmeira. Outras formas significativas de acesso a terra são a proporção de arrendatários em Tibagi (10%) e Palmeira (10%), e a proporção de parceiros em Araruna, registrando 7% dos produtores.

Quanto ao pessoal ocupado, a mão-de-obra familiar mantém-se predominante em todos os municípios do grupo, com destaque para Araruna, Dois Vizinhos e Palmeira. Nos outros três municípios do grupo 3 sobressai a existência de mercado de trabalho rural: em Tibagi, 30% do pessoal ocupado é empregado permanente; em Campo do Tenente e Santo Antônio do Paraíso os empregados temporários alcançam, respectivamente, proporções em torno de 30% a 35%.

4.2 INFORMAÇÕES MUNICIPAIS E VISITAS ÀS VILAS RURAIS

4.2.1 Município de Palmeira: Vila Real

Com uma área de 1.462 km², o município de Palmeira tem uma população de 30.847 habitantes, sendo 56% da população urbana e 44% rural, segundo dados do Censo Demográfico 2000. Foi desmembrado do município de Ponta Grossa e instalado em 15/2/1870.

Em Palmeira, o setor serviços é o mais representativo na formação do PIB municipal e representa 40% do total; o setor agropecuário representa 38%; e o setor industrial, 22%. O PIB *per capita* do município era de R\$ 6.137,00 em 2001.

A Vila Real situa-se próxima à cidade e é constituída por 35 unidades e pelo mesmo número de famílias, as quais, na sua maioria, são pouco numerosas. Por essa aproximação com a cidade, há facilidade no uso dos serviços de saúde, principalmente por meio da assistência social da prefeitura (prática iniciada na gestão anterior) e de escolas. Além desses serviços públicos, as famílias contam com apoio de igrejas que prestam trabalhos assistenciais.

Houve melhorias na comunidade a partir da saída de 10 famílias problemáticas, que foram substituídas por apresentar envolvimento com drogas, prostituição e desordens. Percebe-se grande empenho por parte do trabalho da extensão rural para melhorar as condições de vida das famílias. Desde 2000, foram trabalhadas a motivação e a valorização pessoal para melhorar a imagem dos moradores, pois havia muita notícia negativa sobre a Vila na imprensa local.

Outra estratégia adotada pelo Extensionista Local foi organizar excursão na qual os moradores visitaram produtores de agricultura orgânica, para entender o que é produzir em área pequena, ter asseio pessoal e conhecer o Circuito Italiano de Turismo Rural, no município de Colombo.

Atualmente, a Vila conta com duas associações: a Associação de Moradores e a Associação de Produtores da Vila Real (Aprovir) – esta ainda em fase

inicial de organização. Houve grande resistência por parte dos moradores para acessar o recurso para geração de renda em grupo. O individualismo impede a participação em atividade comunitária. Haveria a possibilidade de colocar uma lavanderia ou panificação como atividade conjunta, para atender à demanda da própria cidade, atividades que não foram aceitas pelos moradores. A solução foi elaborar projeto conjunto com atividade individual, por meio do Projeto Paraná 12 Meses do Governo do Estado.

A produção dos lotes ocorre basicamente com olericultura e fruticultura. Seis famílias aderiram ao projeto de geração de renda para irrigação (equipamentos), e oito famílias receberam mudas de pêssego. Em alguns lotes há hortas comerciais e pomar, e, dentre os moradores que se dedicam à produção de hortaliças, quase todos são produtores comerciais. A produção de hortaliças é destinada à Ceasa de Curitiba, através de intermediário, ou ao mercado local. Há uma família que vive exclusivamente do lote (o lote sustenta a casa). Produz hortaliças sem agrotóxico para merenda escolar (agricultura orgânica) em convênio com a Prefeitura Municipal, atendendo à merenda escolar de duas escolas do bairro próximo. Outra família moradora tem uma construção de 30 m² para processamento de hortaliças (conserva de pepino), projeto este executado com recursos próprios. A par dessas iniciativas, no momento existe um grupo de mães que realiza trabalho artesanal de pintura em pano-de-prato e toalhas, como forma de auxiliar na renda familiar.

A família visitada na etapa de prospecção tem um bom padrão de vida, e causa surpresa a organização do local. Trata-se de família pluriativa (uma das integrantes do projeto de geração de renda, com equipamentos de irrigação), em que o casal se dedica à produção de hortaliças e de pães e pastéis; o marido trabalha no setor industrial, e as filhas, no setor terciário, na cidade. A entrevistada adquiriu um cilindro elétrico, por meio de empréstimo do Banco Social, e produz pastéis, comercializados em uma feira que ocorre no município.

4.2.2 Município de Campo do Tenente: Vila Renascer

Desmembrado do município de Rio Negro e instalado em 29/10/1961, o município de Campo do Tenente tem uma população de 6.335 habitantes, segundo o Censo Demográfico 2000, sendo 54% urbana e 46% rural. Sua área é de 306 km².

O município apresenta valor elevado de PIB *per capita*, que em 2001 alcançou R\$ 13.785,00. O setor agropecuário é responsável por 67% do PIB municipal; o setor serviços, por 22%; e o setor industrial, por 11%.

A Vila Rural Renascer conta com 30 famílias e está situada nas proximidades da rodovia que liga Campo do Tenente ao município da Lapa. A área apresenta declividade suave e solos com boa capacidade de uso, tendo como limitação a disponibilidade de água para lavoura. O projeto de geração de renda implantado é de produção de plantas medicinais, com instalação de uma estufa com capacidade de 150 kg de massa seca. Esse projeto iniciou-se com 17 famílias, e atualmente a atividade é mantida por apenas 5 delas. Foi instalada também uma cozinha comunitária no Galpão da Vila, porém sem atividades no momento da visita. As famílias moradoras da Vila são numerosas e seus lotes têm cultivos básicos para a subsistência. Alguns moradores trabalham na olaria, situada nas proximidades da Vila. A Prefeitura Municipal oferece grande apoio, realiza o preparo do solo para plantio e atende a muitas das reivindicações dos moradores. No momento da visita à Vila, estavam presentes a técnica local da Emater/PR e o secretário municipal de Agricultura do município.

4.2.3 Município de Tibagi: Vila Santa Luzia

Conforme dados do Censo Demográfico 2000, o município de Tibagi conta com uma população de 18.434 habitantes, dos quais 56% compõem a população urbana e 46% a rural. Desmembrado do município de Castro e instalado em 27/12/1897, apresenta uma área de 2.989 km².

Em Tibagi, 62% do PIB municipal vem do setor agropecuário, 29% do setor serviços, e 9% do setor industrial do PIB. Em 2001, o PIB *per capita* do município foi de R\$ 8.800,00.

A Vila Santa Luzia tem 24 unidades e foi inaugurada em 1998. Trata-se de um núcleo praticamente isolado tanto da sede do município quanto do distrito, fator este que acaba por se traduzir em problemas principalmente de comercialização da produção. O cultivo no lote destina-se à subsistência da família e, de modo geral, não foi possível observar lotes bem conduzidos. As atividades agrícolas no lote são restritas (cana-de-açúcar, fruticultura) e agravadas pela falta de água para irrigação, como é o caso da produção de hortaliças. A falta de alternativas econômicas e a distância do mercado são fatores limitantes da produção. Por ocasião da visita, os lotes estavam praticamente sem cultivo.

Os entraves da produção estão diretamente relacionados com a falta de organização. Em entrevista com o técnico local da Emater/PR, foram destacados como problemas dos moradores: nível cultural baixo, individualismo e dificuldade para trabalhar em grupo. Existe apenas uma Associação, a de Moradores (remanescente da construção da Vila), porém não há presidente ou representante. A Vila não se integra com a comunidade local; é fechada em si mesma, o que dificulta o desenvolvimento.

Quanto à geração de renda, o principal problema identificado foi o desconhecimento da atividade a ser feita em conjunto. Tal situação ficou bastante evidenciada na visita feita à Vila, verificando-se que o principal projeto de geração de renda é a implantação de malharia, em regime de trabalho associado e iniciado por um grupo de nove mulheres, das quais apenas quatro permanecem trabalhando. O grupo conta com a experiência de uma moradora como instrutora das demais. Através do Projeto Paraná 12 Meses foram adquiridas quatro máquinas de costura, que se encontram instaladas no Galpão da Vila (salão comunitário). No entanto, só mais recentemente foi possível iniciar a atividade, pois o local não dispunha de um transformador de energia capaz de suportar os equipamentos adquiridos, o que foi

viabilizado pela Prefeitura Municipal de Tibagi. Por essa dificuldade inicial, agravada pela inexperiência das pessoas envolvidas para a produção e comercialização e, ainda, pela ausência de uma política de treinamento, que deveria estar acoplada às condições de implantação do projeto de geração de renda, coloca-se essa atividade com poucas perspectivas de sucesso. Ainda assim, as pessoas envolvidas mostram-se dedicadas à atividade, dispondo-se diariamente ao trabalho e idealizando a expansão da produção de forma mais competitiva. Atualmente, estão produzindo duas peças por dia. Iniciaram o trabalho manualmente e só mais tarde houve o interesse do grupo para aquisição das máquinas. Como a produção é ainda muito pequena, esperam formar uma quantidade maior para só então levar a mercadoria para a venda, que normalmente ocorre na cidade. O grupo já sentiu a necessidade de treinamento, em todas as fases da produção e também para a comercialização. Nesse sentido, já solicitaram ao sindicato um curso de costura (recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT).

Outro projeto de geração de renda implantado na Vila diz respeito à construção de uma oficina mecânica, com aquisição de pequenos equipamentos e ferramentas, além da utilização de um pequeno galpão (foi restaurado um barraco já existente na Vila) que serve de abrigo a esses materiais. Esse projeto foi concebido a partir do interesse de um morador, que contava com alguma experiência no ramo, sendo que a idéia inicial era montar uma equipe volante para atender na estrada. Entretanto, o fluxo de veículos na estrada em frente à Vila é pequeno, e a distância até a estrada principal é grande. Inicialmente, cinco famílias se propuseram a trabalhar na mecânica, mas apenas uma delas continuou. Em situação bem mais grave que a anterior, este parece ser um projeto sem nenhum êxito.

Por outro lado, a Vila Rural está localizada em uma região de grandes latifúndios, onde há predomínio de ocupação das terras pelo plantio do binômio soja e trigo em sistema de plantio direto, de áreas com pastagens ou de reflorestamento. Portanto, são atividades agropecuárias poupadoras de mão-de-obra. Em passado recente, o entorno da Vila era formado por um faxinal e a área de pastagem vem sendo substituída pela lavoura em grandes propriedades. Por essa razão, os filhos

das famílias moradoras na Vila buscam trabalho na cidade ou no distrito. Os trabalhadores temporários se ocupam da colheita de melancia e feijão, que competem com a mão-de-obra, pois ocorrem na mesma época. A cultura de melancia é itinerante, serve para abertura do terreno. Na região, uma única família produz melancia, que exige solo ácido. Hoje, a produção de melancia está distante da Vila, mas já foi uma atividade absorvedora de mão-de-obra dos vileiros. Depois da cultura da melancia são plantados trigo e soja em plantio direto, que não tem sequer capina para gerar ocupação. Quando se consegue trabalho, é na função de operador de máquinas ou tratorista. Na época da safra de soja, uma empresa multinacional compra a produção e emprega parte dos vileiros (emprego temporário).

4.2.4 Município de Dois Vizinhos: Vila Verdes Campos

O município de Dois Vizinhos tem uma população de 31.986 habitantes, da qual cerca de 70% é urbana e apenas 30% é rural. Desmembrado do município de Pato Branco e instalado em 28/11/1961, tem uma área total de 418 km² (Censo Demográfico 2000).

Em Dois Vizinhos, o setor industrial representa exatamente a metade do PIB municipal; o setor serviços, 30%; e o agropecuário, 20%. O PIB *per capita* do município é de R\$ 8.790,00 (dados de 2001).

A Vila está bastante próxima da sede do município (4 km), às margens de rodovia asfaltada. Os moradores utilizam toda a infra-estrutura da cidade, e o acesso ao mercado de trabalho urbano é favorecido pela proximidade desta. A família visitada dispõe de um lote bastante diversificado em termos de explorações agrícolas (hortaliças, milho, mandioca, feijão, entre outros) e de criação (suínos, frangos e gado leiteiro). A beneficiária entrevistada tem opinião muito positiva sobre as Vilas Rurais como projeto de habitação e de abastecimento alimentar, especialmente para aqueles que tiveram vivência na agricultura familiar. Com entusiasmo, solicitou que fosse feito o registro fotográfico de suas vacas leiteiras. O marido é tratorista e a filha é empregada doméstica. A mãe da entrevistada, que é

viúva e pensionista, era agricultora e atualmente se responsabiliza pelas atividades domésticas, enquanto a entrevistada cuida do lote. O filho, adolescente, é aluno da Casa Familiar Rural.

4.2.5 Município de Santo Antônio do Paraíso: Vila Renascer

Com uma área de 167 km², o município de Santo Antônio do Paraíso apresenta, segundo o Censo Demográfico 2000, uma população de 2.790 habitantes, sendo 62% urbana e 38% rural. Foi desmembrado do município de São Jerônimo da Serra e instalado em 29/10/1961.

O setor agropecuário é o mais participativo no PIB municipal, representando 49%; o setor serviços é responsável por 37%; e o setor industrial, por 14%. O PIB *per capita* de Santo Antônio do Paraíso é de R\$ 6.445,00 (dados referentes ao ano de 2001).

A Vila conta com 43 lotes e igual número de famílias. Desde que foi instalada, apenas duas famílias foram trocadas (baixa rotatividade). De outra parte, a cidade é pequena e não oferece oportunidades de emprego para os moradores. Os lotes cumprem sua principal função, que é a de possibilitar a subsistência das famílias – com alguma precariedade, pela dificuldade de água para irrigação. São cinco os projetos de geração de renda, a saber:

- a) costura - envolve 8 famílias, sendo 4 para confecção de roupas e outras 4 para roupa de cama e mesa. As famílias não receberam treinamento e, por isso, não existe produção;
- b) produção de fralda descartável - existe mercado para a produção; no entanto, por um problema técnico da voltagem da máquina, que é incompatível com a da rede, não foi possível sua instalação até o momento;
- c) produção de sacola plástica - pelo mesmo problema anterior, não se deu início à atividade;

- d) cozinha industrial - destinada à produção de conservas e pães, também não está em funcionamento, pois estão sendo terminadas as instalações físicas do local;
- e) produção de defumados - iniciou-se com um grupo de 4 famílias, com uma produção a partir de 5 suínos/semana, que lhes rendia R\$ 1.600. Atualmente, apenas 1 família permanece no projeto, com participações esporádicas das demais nos finais de semana. As famílias foram treinadas em curso de produção de defumados pelo SERT/Emater, com recursos do FAT. A produção é vendida em açougues e mercados da cidade.

Embora esse município tenha sido selecionado para prospecção pela diversidade de projetos de geração de renda, com a visita ao local pôde-se constatar que eles eram bastante incipientes, e nenhum estava em pleno funcionamento.

4.2.6 Município de Araruna: Vila Sol Nascente

Desmembrado do município de Peabiru, e atualmente com uma área de 495 km², o município de Araruna foi instalado em 29/11/1955. Os dados do Censo Demográfico 2000 indicam uma população de 13.081 habitantes, sendo 70% urbana e 30% rural.

Com um PIB *per capita* de R\$ 5.838,00 em 2001, Araruna apresenta os setores de indústria (38%) e de serviços (37%) como os mais importantes na formação do PIB municipal, com o setor agropecuário representando apenas 25% do total.

A Vila Rural Sol Nascente foi inaugurada em 1997 e conta com 44 unidades. Além da produção de subsistência, há criação de suínos e muito café plantado. Isso se deve às origens dos moradores, que de alguma forma têm experiências anteriores com a cafeicultura, quer como trabalhadores rurais, quer como parceiros. A Vila não apresenta projetos ou atividades diferenciadas.

5 PROSPECÇÃO EM MUNICÍPIOS COM MÉDIO-ALTO GRAU DE DESENVOLVIMENTO

Os municípios do grupo 4, em número de 100, concentram-se principalmente na região norte do Estado, em grande área contígua que se estende no eixo Cianorte/Loanda até Jacarezinho e seus entornos, mas também no oeste (no entorno de Toledo) e mais isoladamente nos municípios de Francisco Beltrão e Pato Branco (sudoeste), Guarapuava (centro), além de outros mais dispersos no Estado.

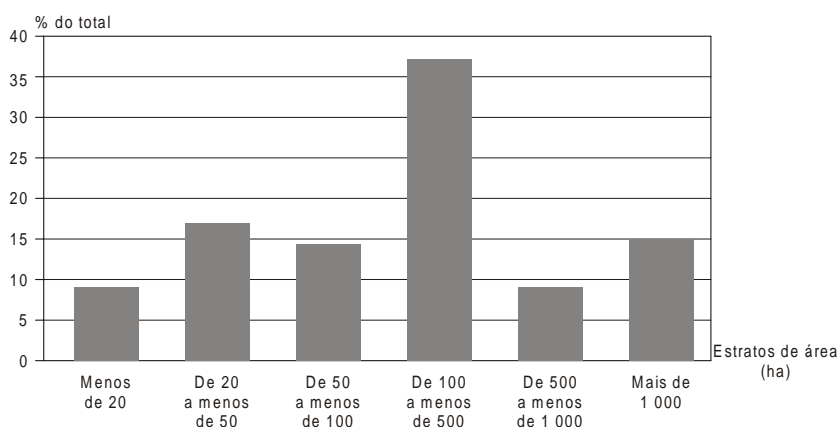
Os indicadores médios desse grupo apontam que os municípios começam a se configurar como mais urbanos do que rurais, com receita municipal *per capita* mais elevada (média em R\$ 621,21 e valor máximo de R\$ 2.315,22). A redução da população rural é expressiva; a taxa de urbanização é elevada (cerca de 80,23%); e a densidade demográfica é baixa (46,12% com distribuição heterogênea, variando de 10,35 a 331,26 pessoas por km²). A economia desses municípios está voltada para a agropecuária em larga escala. Exemplo disso é o indicador de proporção de pessoas ocupadas na agricultura com domicílios urbanos (41,28%). E, ainda, do total dos ocupados, 40,48% estão na agricultura (há municípios com até 66,79% destes).

5.1 ESTRUTURA AGRÁRIA NOS MUNICÍPIOS DO GRUPO 4

5.1.1 Estrutura Agrária do Município de Engenheiro Beltrão

No município de Engenheiro Beltrão são predominantes os médios produtores, com cerca de 60% da área municipal, destacando-se o estrato de 100 a menos de 500 ha, que ocupa 37% da área total (gráfico 25). Cerca de 76% dos produtores são proprietários, porém outras formas de acesso a terra são encontradas, tais como parceiros (13%) e arrendatários (11%). Quanto ao pessoal ocupado, cerca de 61% do total é representado pela mão-de-obra familiar, e há ocorrência de mercado de trabalho, com empregados permanentes (21%) e parceiros e outra condição (15%).

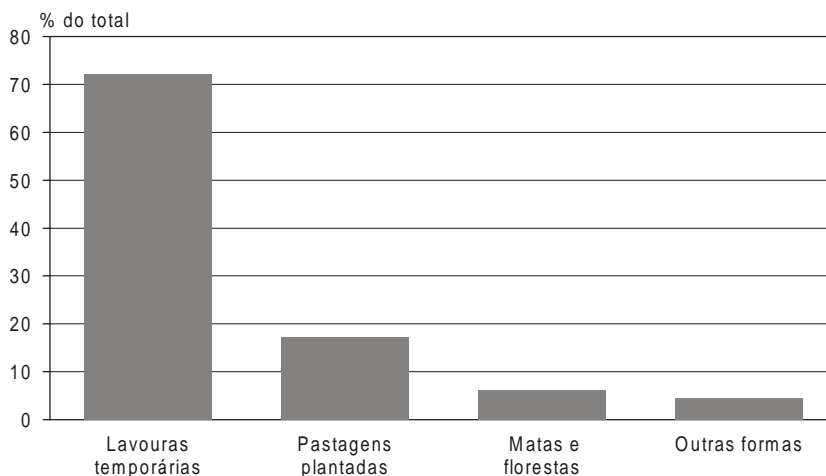
GRÁFICO 25 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - ENGENHEIRO BELTRÃO - 1995-1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

No município de Engenheiro Beltrão, cerca de 80% das terras apresentam-se com boa aptidão para uso agrícola; apenas 15% da área corresponde a solos classificados como regulares e 5% a solos inaptos. As lavouras temporárias são predominantes no município e ocupam cerca de 70% das terras (gráfico 26).

GRÁFICO 26 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - ENGENHEIRO BELTRÃO - 1995-1996



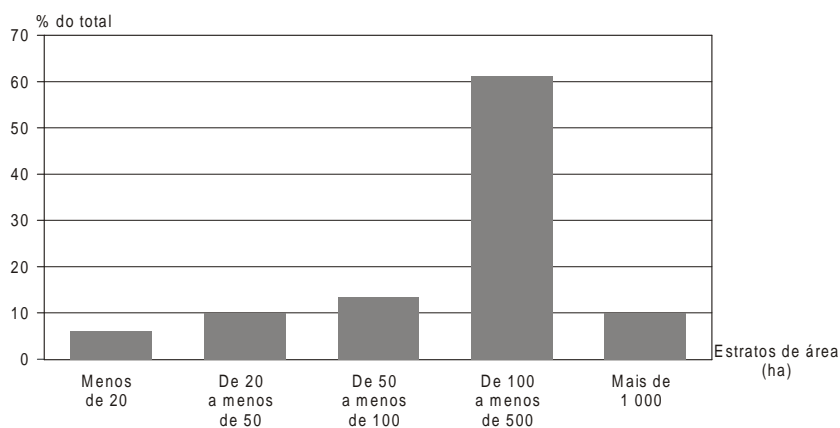
FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

5.1.2 Estrutura Agrária do Município de Iguaraçu

O município de Iguaraçu é formado basicamente por médios produtores, com destaque para o estrato de 100 a menos de 500 ha, que ocupa mais de 60% da área total do município. Os pequenos e grandes produtores, somados, não chegam a

ocupar 25% da área municipal (gráfico 27). Quanto ao pessoal ocupado, a mão-de-obra familiar representa apenas 44% do total, e os empregados temporários, 38%.

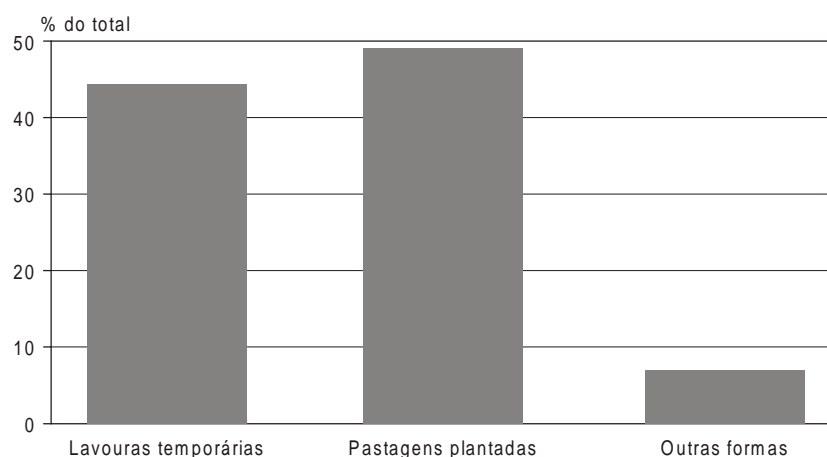
GRÁFICO 27 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - IGUARAÇU - 1995-1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

No município de Iguaraçu, há predominância de solos com bom potencial de uso, que ocupam 60% das terras municipais. No entanto, a ocupação das terras com pastagens plantadas acima de 40% indica a presença de produção animal, típica de grandes estabelecimentos agropecuários (gráfico 28).

GRÁFICO 28 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - IGUARAÇU - 1995-1996

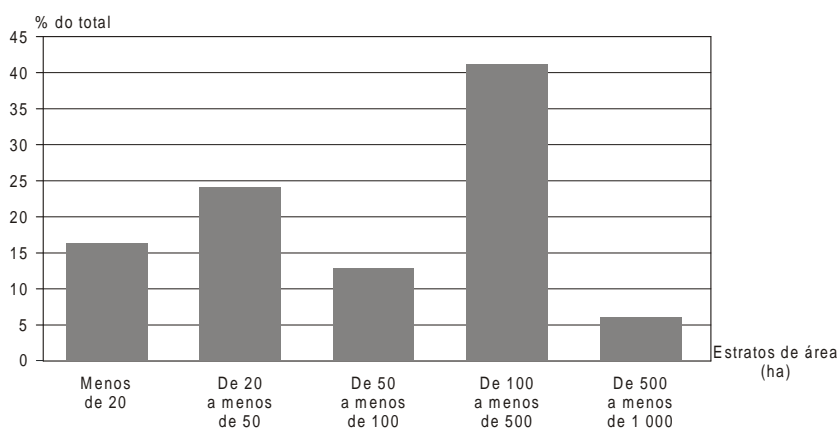


FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

5.1.3 Estrutura Agrária do Município de Matelândia

No município de Matelândia, os médios produtores ocupam cerca de 60% das terras, e os pequenos produtores estão distribuídos nos 40% restantes (gráfico 29).

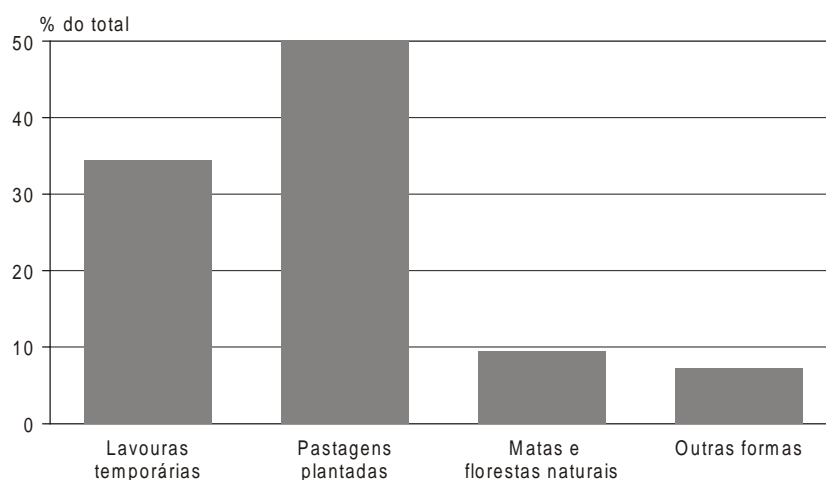
GRÁFICO 29 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA -
MATELÂNDIA - 1995-1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

O Parque Nacional do Iguaçu ocupa praticamente a metade da área municipal de Matelândia, sendo, portanto, área de preservação permanente. Da área restante, observam-se as seguintes proporções de aptidão de uso do solo: 30% têm boa aptidão de uso, 10% são solos regulares e 10% são solos inaptos para uso. O destaque fica com as pastagens plantadas, que ocupam 50% das terras, e com as lavouras temporárias, que ocupam 34% das terras municipais (gráfico 30).

GRÁFICO 30 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - MATELÂNDIA - 1995-1996

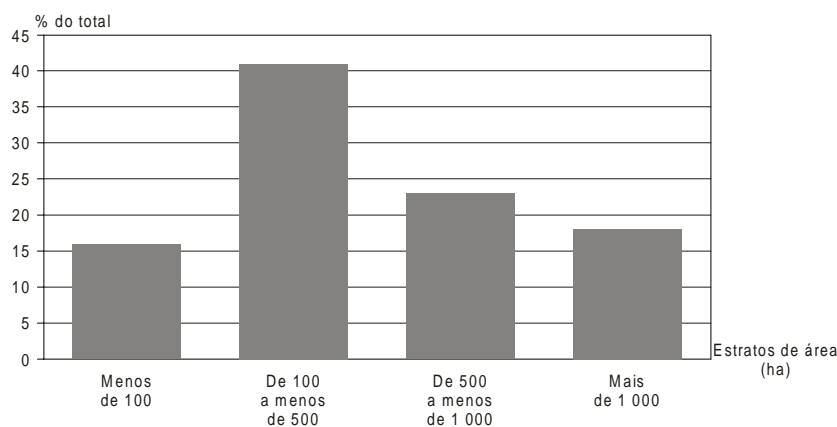


FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

5.1.4 Estrutura Agrária do Município de Tapejara

O município de Tapejara também se caracteriza por ser de médios produtores, com proporção em torno de 70% das terras, e de grandes produtores, que agregam cerca de 20% da área municipal (gráfico 31).

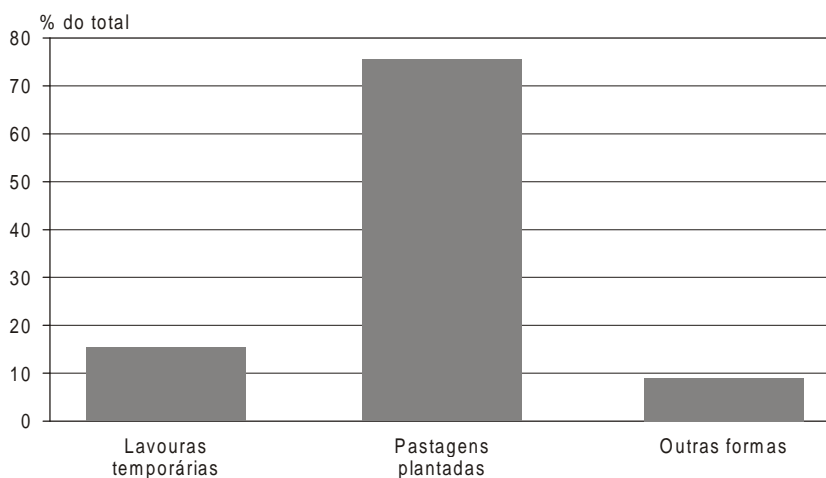
GRÁFICO 31 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - TAPEJARA - 1995-1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Em Tapejara, os solos inaptos e regulares para uso ocupam a mesma proporção das terras, ou seja, cerca de 40%, respectivamente; apenas os 20% restantes são de solos bons. A aptidão de uso se reflete na ocupação das terras, com pastagens plantadas em mais de 70% da área total. A ocupação com lavouras temporárias alcança pouco mais de 10% do total (gráfico 32).

GRÁFICO 32 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - TAPEJARA - 1995-1996

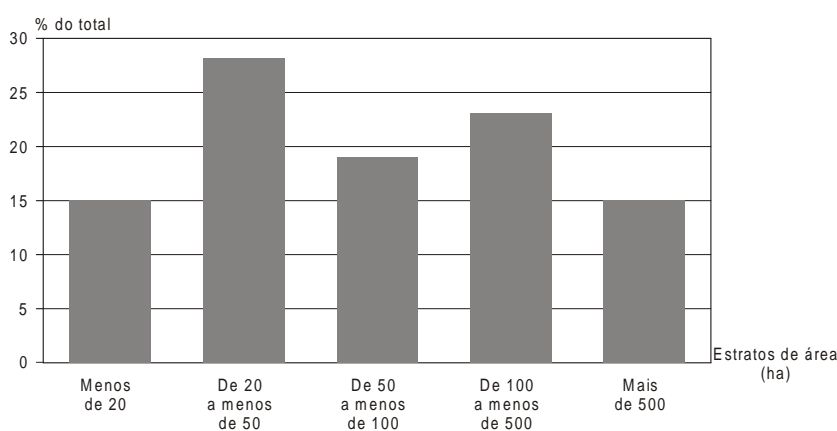


FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

5.1.5 Estrutura Agrária do Município de Toledo

No município de Toledo, os pequenos e médios produtores são predominantes, com destaque para o estrato de 20 a menos de 50 ha, que alcança 28% da área total. Por sua vez, os médios produtores ocupam 49% das terras municipais (gráfico 33). Quanto ao pessoal ocupado, 82% são mão-de-obra familiar e 14% são empregados permanentes.

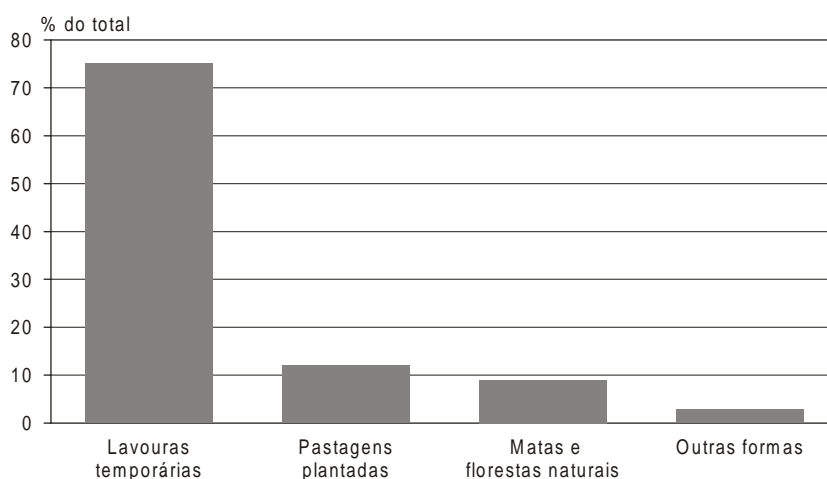
GRÁFICO 33 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - TOLEDO - 1995-1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

O município de Toledo apresenta solos bons (70%) e regulares (25%) e uma pequena proporção de solos inaptos (5%). Mais de 70% das terras são ocupadas com lavouras temporárias, que se destacam das demais formas de utilização. As pastagens plantadas e as matas e florestas naturais apresentam proporções reduzidas em relação a lavouras temporárias, o que indica uma agricultura intensiva (gráfico 34).

GRÁFICO 34 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - TOLEDO - 1995-1996

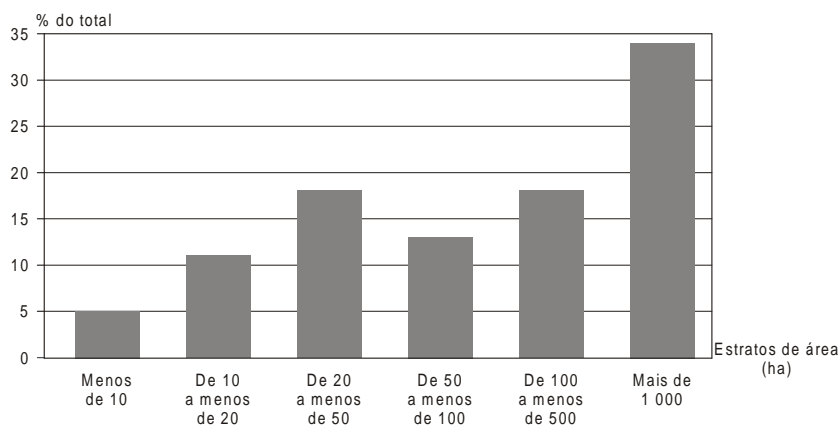


FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

5.1.6 Estrutura Agrária do Município de Terra Boa

O município de Terra Boa tem uma peculiaridade, se comparado aos outros municípios do grupo 4: ele apresenta uma divisão bastante equilibrada entre pequenos, médios e grandes produtores, cada categoria ocupando cerca de 33% da área municipal (gráfico 35).

GRÁFICO 35 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - TERRA BOA - 1995-1996

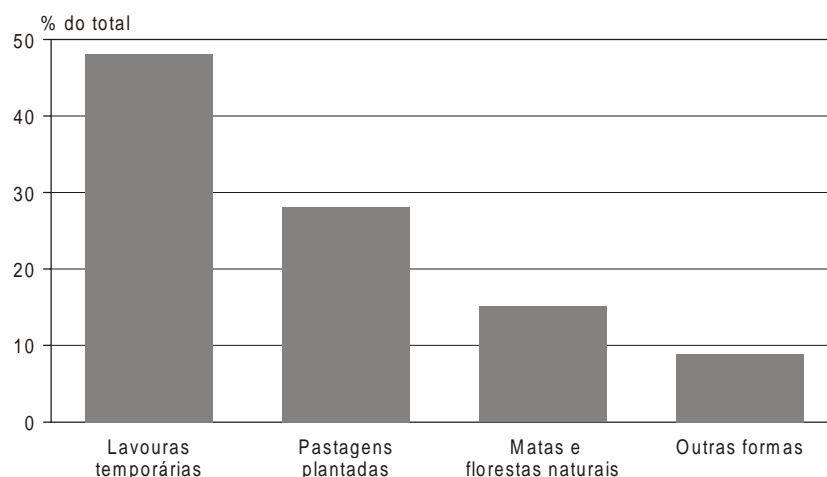


FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Em Terra Boa, 60% dos solos são bons e 40% são regulares para utilização. Na utilização das terras no município, destacam-se as lavouras temporárias, com quase 50% das terras; as pastagens plantadas, com pouco menos

de 30%; e as matas e florestas naturais, com pouco mais de 10% das terras do município (gráfico 36).

GRÁFICO 36 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - TERRA BOA - 1995-1996

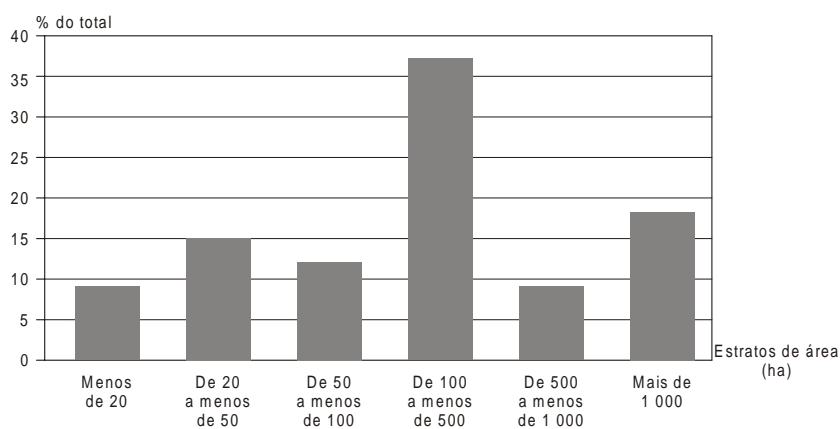


FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

5.1.7 Estrutura Agrária do Município de Peabiru

No município de Peabiru os médios produtores ocupam 58% das terras, com destaque para o estrato de 100 a menos de 500 ha, que representa 37% da área total. Os pequenos produtores ocupam apenas 25% das terras municipais (gráfico 37).

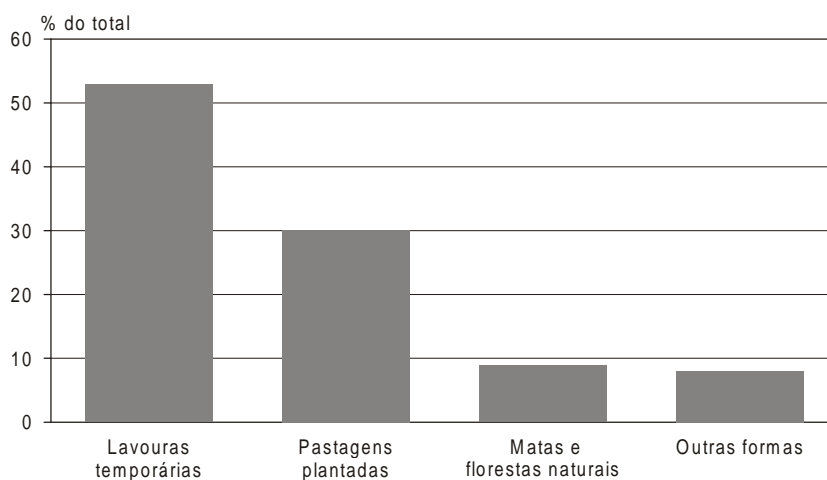
GRÁFICO 37 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - PEABIRU - 1995-1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Peabiru apresenta a mesma disposição de solos que o município de Tapejara, com 40% de solos inaptos, 40% de solos regulares e 20% de solos bons. O município tem uma distribuição da utilização das terras muito parecida com a do município de Terra Boa, com cerca de 50% delas utilizadas como lavouras temporárias, pouco menos de 30% como pastagens plantadas e quase 10% de matas e florestas naturais (gráfico 38).

GRÁFICO 38 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - PEABIRU - 1995-1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Quanto à estrutura fundiária, o grupo 4 caracteriza-se por ser de médios produtores, concentrados no estrato de 100 a menos de 500 ha, chegando a ocupar 61% das terras em Iguaçu. O único município em que os médios produtores não ocupam a maior proporção da área é Terra Boa, onde apenas dois estabelecimentos com mais de 1.000 ha ocupam 34% da área municipal. Os pequenos produtores, agregando os estratos de até 50 ha, totalizam 43% da área em Toledo e 40% em Matelândia. Neste Grupo, os produtores com área de até 10 ha não ultrapassam os 6% das áreas municipais.

Em Engenheiro Beltrão e Toledo as terras são ocupadas quase que totalmente com lavouras temporárias (72% e 75%, respectivamente) e pastagens plantadas (17% e 12%). Com Tapejara se dá o inverso: existem 76% de pastagens plantadas e 15% de lavouras temporárias. Nos municípios de Iguaçu, Matelândia,

Terra Boa e Peabiru as terras são predominantemente utilizadas com lavouras temporárias e pastagens plantadas, porém com distribuição mais equilibrada.

Todos os municípios do grupo apresentam grandes índices de mão-de-obra familiar, com destaque para Matelândia (86%), Toledo (82%) e Peabiru (80%), indicando a presença de agricultura familiar. Já Engenheiro Beltrão e Terra Boa destacam-se pelos maiores valores de empregados permanentes. O primeiro conta ainda com 15% de parceiros e outra condição, e o segundo com 12% de empregados temporários. Os municípios de Iguaçu e Tapejara apresentam características distintas. Iguaçu tem grande número de empregados temporários (38% do pessoal ocupado) e 13% de empregados permanentes. Já com Tapejara acontece o contrário: há maior número de empregados permanentes (31%) e menor número de empregados temporários (23%).

A condição de proprietário é significativa, com índices entre 73% e 91%. Este grupo apresenta ainda outras formas de acesso a terra, pela presença de arrendatários, com destaque para Iguaçu, com 15%, Engenheiro Beltrão, com 11%, e Peabiru com 10%. Os municípios de Iguaçu e Engenheiro Beltrão também sobressaem pela ocorrência de parceiros, na proporção de 10% e 13%, respectivamente.

5.2 INFORMAÇÕES MUNICIPAIS E VISITAS ÀS VILAS RURAIS

5.2.1 Município de Toledo: Vila Salto São Francisco

O município de Toledo foi desmembrado do município de Foz do Iguaçu e instalado em 14/12/1952. Apresenta, conforme dados do Censo Demográfico 2000, uma população de 98.200 habitantes (48.549 homens e 49.651 mulheres), sendo 84% urbana e 14% rural. A área do município é de 1.200 km².

Com um alto PIB *per capita* em 2001 (no valor de R\$ 10.065,00), Toledo tem como destaque o setor industrial, que representa 45% do PIB municipal. O setor serviços é responsável por 32% do PIB, e o setor agropecuário representa 23% do total.

A Vila Salto São Francisco conta com 28 unidades, tendo sido inaugurada em 1997. A seleção de beneficiários foi feita com moradores da região onde está instalada a Vila. Houve apenas dois casos de venda efetiva dos lotes em que os terrenos foram vendidos por R\$ 15.000,00 e fez-se a transferência dos contratos de financiamento.

Há dificuldade de água para a irrigação, pois o custo é de R\$ 0,80 a R\$ 1,00/m³. A água é fornecida pela Sanepar, que aumentou a vazão do poço artesiano do distrito para atender à Vila.

Para os projetos de geração de renda foi formado um grupo com interesse comum na atividade e os recursos são acessados individualmente, por meio de projeto em nome do titular do lote. Há quatro projetos de geração de renda:

- a) Cozinha comunitária - pavilhão de 63 m². Os 28 moradores acessaram recursos em grupos de geração de renda, cabendo R\$ 133,00/morador no caso da cozinha comunitária. Foi possível colocar piso, forro, comprar equipamentos (no valor de R\$ 3.800,00), tais como forno, fogão, geladeira, etc. A Prefeitura Municipal forneceu o material para fechar o barracão. A cozinha comunitária é utilizada também para as atividades sociais da Vila;
- b) Projeto de uva - 10 moradores acessaram este projeto;
- c) Projeto forrageiro - 11 moradores acessaram este projeto de alimentação de bovino, pois trabalham com gado de leite. Cada beneficiário deste grupo tem seu motor (forrageiro) para preparo do alimento animal; somente entrou neste grupo quem possuía recursos para dar a contrapartida necessária para a instalação elétrica (cerca de R\$ 300,00). Receberam o forrageiro (equipamento) através do projeto, porém a instalação ficou por conta do beneficiário;

- d) Projeto de irrigação - 7 moradores acessaram os recursos para instalar equipamentos de irrigação.

Dois moradores da Vila têm barraca na feira e comercializam produtos de cerca de 15 moradores na feira municipal, conhecida como Feira da Lua, que acontece todas as quintas-feiras das 17h às 21h30, na cidade de Toledo. A Prefeitura Municipal encaminhou a confecção de barracas com a logomarca da Vila Rural, de forma a comercializar produtos das três Vilas Rurais instaladas no município, porém apenas a Vila Salto São Francisco participa da feira semanal. Os beneficiários das outras duas Vilas existentes em Toledo não se consolidaram como feirantes.

A Prefeitura Municipal é o melhor parceiro da Vila. Disponibiliza um trator que atende para o preparo do terreno, gratuitamente. Os homens trabalham fora, em fábricas ou em propriedades agrícolas que contratam trabalho entre os vileiros. A condução do lote é feita pelas mulheres, que são muito ativas, tanto na produção de hortaliças quanto na produção de pães, cuques, queijos e outros produtos transformados. Houve inclusive uma candidata à Presidência da Associação de Moradores.

5.2.2 Município de Matelândia: Vila Santa Maria

O Censo Demográfico 2000 indica que o município de Matelândia tem 14.344 habitantes (7.132 homens e 7.212 mulheres). Cerca de 71% da população é urbana, enquanto 29% é rural. O município, com uma área de 650 km², foi desmembrado de Foz do Iguaçu e instalado em 28/11/1961.

Em Matelândia, 38% do PIB municipal vem do setor industrial, 32% do setor serviços e 30% do setor agropecuário. O PIB *per capita* do município é de R\$ 7.966,00 (dados do ano de 2001).

A Vila Santa Maria conta com 35 unidades e foi inaugurada em 1997.

Há três grupos de geração de renda: panificadora, produção de açúcar mascavo e costura, totalizando 23 famílias que acessaram os recursos do Projeto Paraná 12 Meses para instalação dos empreendimentos:

- a) Panificadora: seis famílias. A padaria foi instalada em lote de beneficiário (cessão de uso); a Prefeitura Municipal pagou a mão-de-obra e completou o material de acabamento. Neste projeto trabalha um grupo de seis mulheres, que participaram ativamente da licitação e da compra do material de construção e dos equipamentos para instalação da panificadora;
- b) Microusina de açúcar mascavo e melado: sete famílias. O engenho está instalado em lote de beneficiário (cessão de uso). Cada participante do projeto beneficia sua produção. Não há energia elétrica para tocar as máquinas no engenho, que funcionam com motor a *diesel*, cedido pela Prefeitura Municipal. Neste grupo participam apenas os homens;
- c) Grupo de costura: dez famílias (apenas duas beneficiárias estão trabalhando, uma na máquina e outra em casa). Fazem estopa para posto de gasolina. Foi feito curso de capacitação em tapetes, pelo Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), pago pela Prefeitura Municipal.

Outro fator interessante nesta Vila é que cerca de 29 moradores são funcionários do Frigorífico Lar, instalado nas proximidades. Foi realizado treinamento com recursos do FAT, encaminhado pelo Conselho Municipal do Trabalho, para os trabalhadores da Vila contratados pelo Frigorífico Lar. As famílias não têm problemas quando à insuficiência de renda, sugerindo que os beneficiários conseguiram efetivamente superar a condição de pobreza relativa.

5.2.3 Município de Terra Boa: Vila Nova Jerusalém

O município de Terra Boa foi desmembrado do município de Engenheiro Beltrão e instalado no dia 11/12/1955, ocupando uma área de 315 km². Conforme o Censo Demográfico 2000, abriga uma população de 14.640 habitantes, sendo 7.395 homens e 7.245 mulheres. Cerca de 76% da população é urbana, enquanto 24% é rural.

O município de Terra Boa apresenta PIB *per capita* de R\$ 4.749,00. O setor serviços destaca-se dos outros setores, representando 43% do valor do PIB municipal, enquanto o setor industrial representa 29%, e o setor agropecuário 28% do total (dados referentes ao ano de 2001).

A Vila Nova Jerusalém foi instalada em 1999, em uma antiga fazenda de gado, próxima à sede do município, e totaliza 78 unidades. As benfeitorias existentes na fazenda foram aproveitadas inicialmente para instalação de uma facção. As trabalhadoras que atuam no barracão receberam treinamento em uma escola industrial da cidade, mantida pela Prefeitura Municipal. Os melhores profissionais, depois de trabalhar algum tempo no barracão e desenvolver as habilidades, conseguem emprego nas fábricas de confecção do município e abandonam as atividades no barracão. Porém, a pressão para obter uma vaga no barracão da Vila é muito grande, e sempre há novos trabalhadores interessados em receber treinamento e se inserir no grupo de costura.

Quanto ao empreendimento de geração de renda, foi construído um barracão novo, com ajuda da Prefeitura Municipal e com uma sobra de construção da Vila, onde foram instaladas 12 máquinas de costura industrial. Há um grupo de 10 mulheres coordenadas por um distribuidor que trabalham como autônomas, com uma demanda de trabalho determinada pela fábrica contratante; a remuneração é dividida com quem participa do trabalho de costura. São mulheres jovens, cujos maridos trabalham no setor industrial ou no corte de cana para a usina de Jussara. As peças de roupa são cortadas na cidade, na incubadora, porém esta etapa será oportunamente transferida para a Vila.

Os moradores com ocupação na agricultura são trabalhadores rurais e cuidam do lote no período em que cessa a atividade na lavoura de cana-de-açúcar. Em geral, os lotes estão ocupados com lavoura de café.

5.2.4 Município de Terra Boa: Vila Recanto Verde

Esta Vila, com 53 famílias e inaugurada em 1997, está situada ao lado de uma agrovila que foi uma das primeiras experiências paranaenses de assentamento de trabalhadores rurais, nos anos 80. É uma Vila de trabalhadores no corte da cana-de-açúcar. Na entressafra desse produto, produzem pepino.

No projeto de geração de renda, nove famílias acessaram recursos para construção de estufa de hortaliças (pepino, vagem, tomate) para abastecimento de supermercado da região. Outras três famílias participam da Feira da Lua – modalidade de feira livre existente nas regiões norte e noroeste, que funciona entre 17h e 21h30. Houve um concurso entre Vilas Rurais, no qual esta Vila foi premiada, e o valor do prêmio reverteu para a instalação de equipamento de irrigação.

Com recursos do Paraná 12 Meses – Manejo Fase 2, foi instalada uma fábrica de pepinos na agrovila. Com recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf – Investimento), foram construídas cinco estufas. No ano de 2000, o Pronaf financiou a produção de pepino e, devido à adimplência, houve possibilidade de financiamento de investimento.

5.2.5 Município de Tapejara: Vila Santana

O município de Tapejara foi desmembrado de outros dois municípios: Cruzeiro do Oeste e Tuneiras do Oeste. Instalado em 11/4/1964, hoje tem uma área total de 595 km². A população do município indicada pelo Censo Demográfico 2000 é de 13.120 habitantes (6.604 homens e 6.516 mulheres), sendo que 80% da população é urbana e 20% é rural.

O PIB *per capita* do município em 2001 foi de R\$ 6.736,00, e o setor industrial é o mais influente no PIB municipal, sendo responsável por 43% do total. O setor serviços representa 33% do PIB, e o setor agropecuário 24%.

A Vila Santana foi instalada em 1996, próxima da cidade, e possui 81 casas. De maneira geral, os beneficiários são trabalhadores no corte de cana-de-açúcar, com ocupação garantida entre maio e novembro.

Existem três projetos de geração de renda: a) produção de açúcar mascavo, melado e rapadura; b) cozinha industrial para fabricação de bolachas e conservas; e c) criação de cabras. Os dois primeiros foram instalados em prédio construído com recursos do Projeto Paraná 12 Meses, em terreno doado por uma grande usina do município e com os equipamentos adquiridos pela Prefeitura Municipal.

O projeto das cabras foi acessado para as famílias atendidas pela Pastoral da Criança, envolvendo 15 famílias que receberam um casal de cabras. Este projeto não está tendo muito sucesso, pois a raça adquirida, oriunda de uma região fria, não se adaptou à região, e a produção de leite para amamentação das crianças e mesmo a reprodução dos animais não estão acontecendo conforme o esperado.

O mesmo insucesso é registrado para o projeto do açúcar mascavo, pela falta de cana-de-açúcar, que não é produzida na Vila, e as famílias não conseguem comprar cana-de-açúcar para esmagamento, embora estejam em um região canavieira. A propósito, o projeto foi instalado com a informação de que a usina iria doar a cana-de-açúcar, o que não se realizou. Os equipamentos existentes no engenho e em funcionamento são precários. Trata-se de um engenho pequeno, adquirido com recursos próprios dos moradores e que produz um pouco de rapadura.

O projeto das bolachas e conservas é aquele que, no momento, passa por uma situação um pouco melhor. São produzidos 3 mil pacotes de 250 g de bolacha por mês, vendidos a um intermediário por R\$ 0,65/pacote. Isso, porém, não confere uma boa lucratividade e, por isto, os produtores pretendem vender diretamente na feira do produtor. No final do ano diversificam com a produção de panetones. O gargalo, portanto, está na comercialização, reconhecem as pessoas envolvidas no projeto.

5.2.6 Município de Iguaraçu: Vila Izaak Rabin

Desmembrado do município de Astorga e instalado em 16/12/1956, o município de Iguaraçu tem atualmente uma área de 166 km². A população de 3.598 habitantes (1.819 homens e 1.779 mulheres) é dividida em 78% de população urbana e 18% de população rural, conforme dados do Censo Demográfico de 2000.

Com um PIB *per capita* de R\$ 8.911,00 em 2001, o município apresenta em destaque o setor agropecuário, que representa 43% do PIB municipal. Os outros setores – serviços e indústria – representam valores parecidos, respectivamente de 29% e 28%.

Trata-se de uma Vila muito bem organizada, tanto no que diz respeito ao trabalho individual de cada família como aos projetos comunitários que estão se iniciando – cozinha comunitária e torrefação de café. Os lotes apresentam uma diversificação bastante grande de produtos, alguns deles com estufas (plasticultura) para as hortaliças. Há um lote com três estufas de hidroponia, cujo morador também arrenda outra área fora da Vila para produção hidropônica; em outro lote observou-se a produção de suínos, e num terceiro o morador mantém um ateliê de costura com artigos de *lingerie* e que emprega mulheres moradoras da Vila. Em praticamente todos os lotes observaram-se as culturas básicas para subsistência, tais como feijão, mandioca, milho, frango e hortaliças. Alguns moradores se dedicam individualmente à produção artesanal, podendo-se citar como esse exemplo a panificação, em que o forno foi adquirido pelo morador com financiamento do Banco Social. Outra atividade observada foi pintura em tecidos, tais como toalhas e panos-de-prato. A venda do que é produzido nos lotes ocorre na feira noturna da cidade e, quando em maior escala, nos mercados e Ceasa de Maringá. A Vila é muito bem cuidada pelos moradores, inclusive com projeto de paisagismo nas ruas (flores e plantas ornamentais). O envolvimento e a dedicação do extensionista local, assim como da Prefeitura Municipal, com os moradores é bastante grande, o que impulsiona a Vila para um grande dinamismo. Os projetos de geração de renda instalados contam com instalações físicas amplas e adequadas, com

material de primeira qualidade, praticamente concluídas, embora não estivessem em funcionamento no momento da visita técnica.

5.2.7 Município de Peabiru: Vila Portal do Sol

O município de Peabiru possui, segundo o Censo Demográfico 2000, uma população de 13.487 habitantes, sendo 6.615 homens e 6.872 mulheres. Cerca de 78% da população é urbana, e 22% é rural. Foi desmembrado do município de Campo Mourão e instalado em 14/12/1952. Sua área é de 466 km².

Tendo o setor serviços em destaque, representando 49% do PIB municipal, o município de Peabiru apresenta um PIB *per capita* de R\$ 5.630,00. O setor agropecuário representa 36% do PIB total do município, e o setor industrial é responsável por 15%, segundo dados de 2001.

A Vila Portal do Sol apresenta seus lotes bem cuidados, com bastante paisagismo tanto nos lotes como no arruamento, estando localizada próxima da rodovia, facilitando aos moradores o acesso aos serviços públicos. Nos lotes, a principal lavoura é o café adensado. O morador visitado, que beneficia e comercializa seu próprio café, mostrou uma particularidade na condução da lavoura de café: o plantio no sistema silvoagropastoril, proporcionando o sombreamento para o café com resultados significativos em termos de produtividade. Não foram localizadas famílias pluriativas nessa Vila.

5.2.8 Município de Serranópolis do Iguaçu: Vila Verde Vida

Desmembrado do município de Medianeira e instalado apenas em 1.º/1/1997, o município de Serranópolis do Iguaçu tem uma área de 483 km². Os dados do Censo Demográfico de 2000 indicam que a população é de 4.740 habitantes (2.389 homens e 2.351 mulheres), sendo 41% urbana e 59% rural.

O município tem um alto PIB *per capita*, no valor de R\$ 9.776,00. O setor agropecuário destaca-se na formação do PIB municipal, representando 62% do

total, enquanto o setor serviços representa 28%, e o setor industrial apenas 9% (dados de 2001).

A Vila Verde Vida conta com 22 unidades e foi inaugurada em novembro de 2000. A seleção dessa Vila ocorreu pela existência de um engenho comunitário com área coletiva de plantio de cana-de-açúcar. Conta com apoio da Prefeitura Municipal no empreendimento, e há planos dos beneficiários de implantar um alambique para produção de aguardente de cana. Essa unidade é a primeira fábrica instalada no município, e as pessoas entrevistadas trabalham com entusiasmo no empreendimento, com perspectiva de integrá-lo à Fábrica do Agricultor.

6 PROSPECÇÃO EM MUNICÍPIOS COM ALTO GRAU DE DESENVOLVIMENTO

Os municípios do grupo 5, em número de 31, são os mais ricos e densamente povoados do Estado. São, portanto, municípios mais urbanos do que rurais, embora em muitos deles a agricultura desempenhe papel importante para suas economias. Aqui, a proporção de ocupados na agricultura com domicílios urbanos é quase a metade do total dos ocupados (cerca de 48,97%, com o valor máximo de 83,44%). Os municípios deste grupo estão presentes em quase todas as grandes regiões do Estado (com exceção do sudoeste e região central), sendo os principais: no norte, municípios no entorno de Londrina e Maringá; no noroeste, os municípios de Umuarama, Campo Mourão e Paranaíba; no oeste, os municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu; no centro-sul, o município de Ponta Grossa; e, no sul, os municípios de São José dos Pinhais, Araucária e Colombo (Região Metropolitana de Curitiba), além de Paranaguá (litoral). Os indicadores, na sua maioria, superam a média do Estado e dos demais grupos, e, por isto, a contribuição da maioria dos indicadores é positiva para o grupo. O único indicador com contribuição negativa é o que diz respeito ao número de famílias em favelas: 1.172, em média significativamente superior ao observado para o Estado, com maior concentração nos municípios mais populosos.

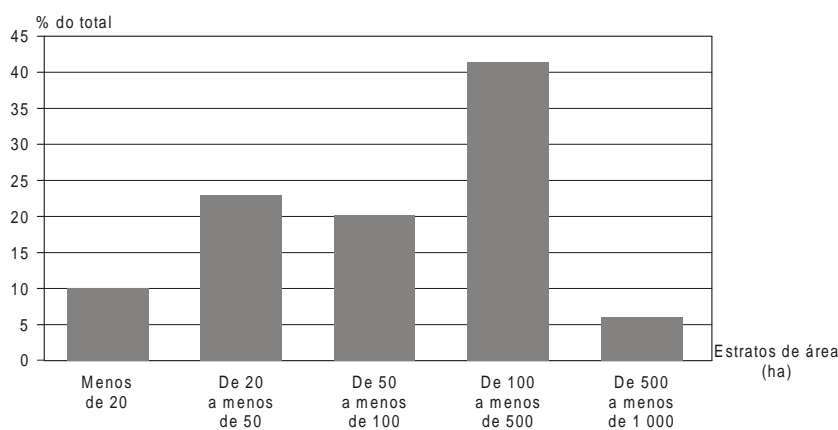
Para a etapa de prospecção foram selecionados os municípios de Rolândia, Umuarama e Paranaíba.

6.1 ESTRUTURA AGRÁRIA NOS MUNICÍPIOS DO GRUPO 5

6.1.1 Estrutura Agrária do Município de Rolândia

O município de Rolândia é composto por pequenos e médios produtores, sobressaindo os médios produtores, que ocupam quase 70% da área total do município (gráfico 39). Quanto ao pessoal ocupado, 50% correspondem à mão-de-obra familiar, mas as categorias de empregados permanentes (31%) e parceiro e outra condição (16%) também destacam-se por suas proporções.

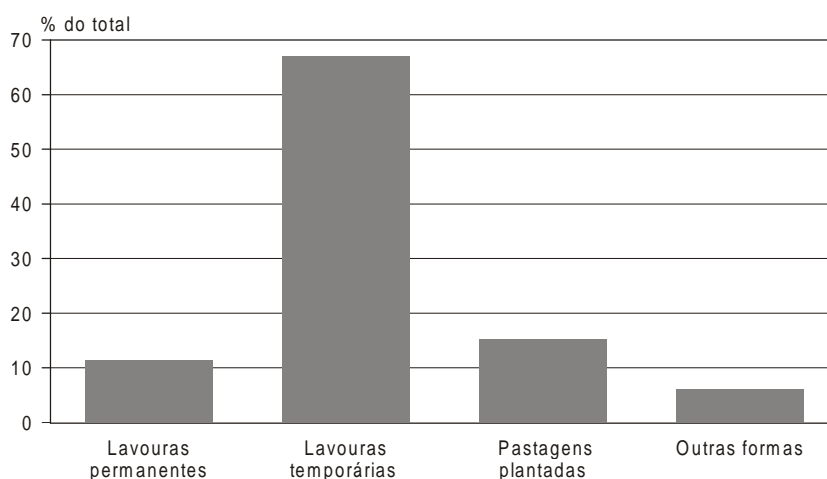
GRÁFICO 39 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - ROLÂNDIA - 1995-1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Quanto à aptidão de uso, o município de Rolândia apresenta uma situação privilegiada: 70% de suas terras são solos bons para uso, e outros 30% são solos regulares. As lavouras temporárias ocupam 67% da área total do município de Rolândia, que apresenta significativas proporções também para as lavouras permanentes, com 11%, e para as pastagens plantadas, com 15% (gráfico 40).

GRÁFICO 40 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - ROLÂNDIA - 1995-1996



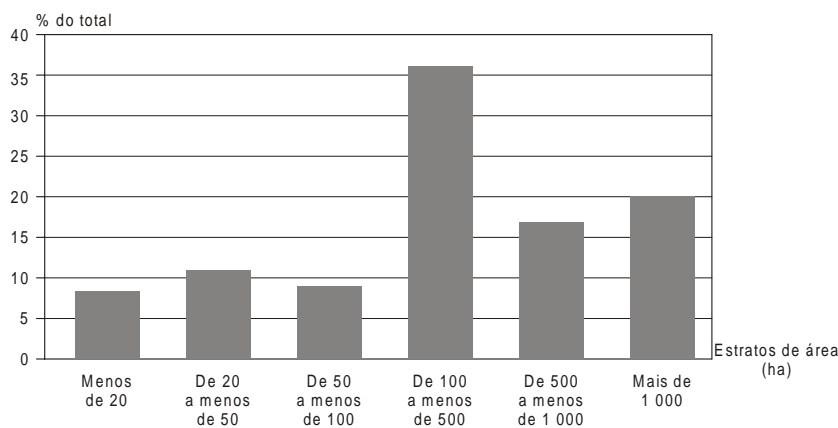
FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

6.1.2 Estrutura Agrária do Município de Umuarama

No município de Umuarama predominam os médios produtores, que ocupam mais de 60% da área total; os pequenos e os grandes produtores participam,

respectivamente, com cerca de 20% da área municipal (gráfico 41). A mão-de-obra familiar representa 70% do pessoal ocupado, enquanto os empregados permanentes correspondem a apenas 18%.

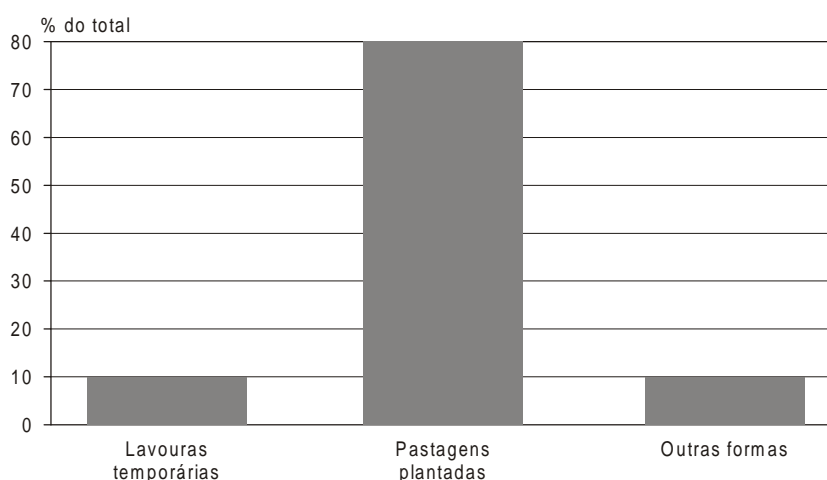
GRÁFICO 41 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - UMUARAMA - 1995-1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Em Umuarama, ocorrem restrições quanto ao potencial de uso do solo, pois cerca de 35% se apresenta como inapto. O solo é classificado como bom em torno de 50% da área municipal, e os outros 15% são regulares para uso. Com grande destaque na utilização das terras no município, as pastagens plantadas ocupam 80% da área municipal, enquanto as lavouras temporárias ocupam apenas 10% (gráfico 42).

GRÁFICO 42 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - UMUARAMA - 1995-1996

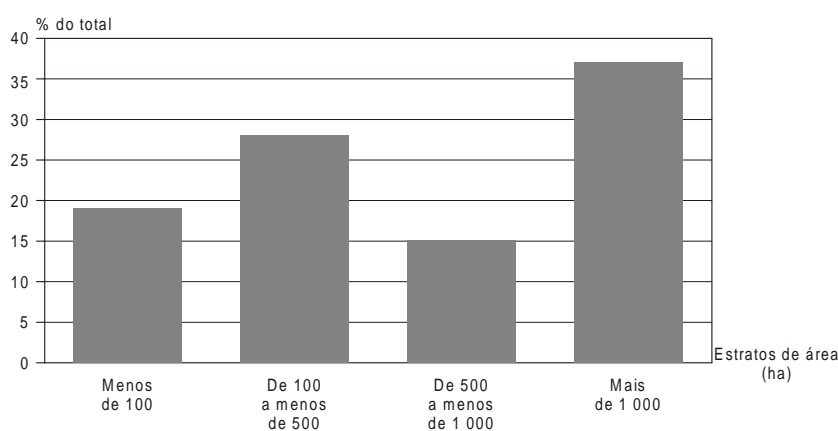


FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

6.1.3 Estrutura Agrária do Município de Paranavaí

Os médios produtores ocupam metade da área do município de Paranavaí, e os grandes produtores 37%, caracterizando o município como de médios e grandes produtores (gráfico 43). Quanto ao pessoal ocupado, 62% representa a categoria de mão-de-obra familiar, mas os empregados permanentes também destacam-se, com 25%.

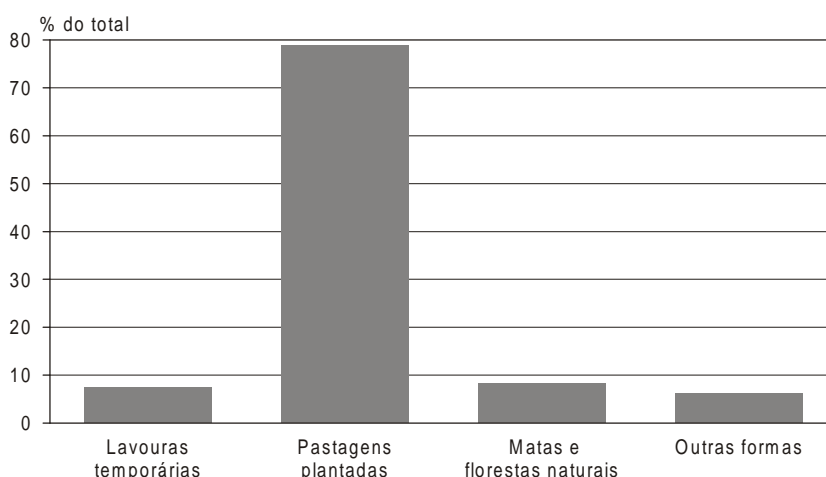
GRÁFICO 43 - DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA - PARANAVAÍ - 1995-1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

O município de Paranavaí apresenta metade de suas terras como boas para utilização, 35% dos solos são regulares e 15% são inaptos para uso. No município destacam-se as pastagens plantadas, com 79% das terras; as lavouras temporárias e as matas e florestas naturais ocupam a área municipal, em proporções de 7% e 8% respectivamente (gráfico 44).

GRÁFICO 44 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - PARANAÍ - 1995-1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Segundo os dados de 1995/1996, nota-se que nos municípios de Paranaí e Umuarama a utilização das terras com pastagens plantadas alcança cerca de 80% da área total utilizada. Essa proporção elevada com pastagens ocorre devido às restrições de uso do solo na região do arenito. Apenas na região de Paranaí a ocupação com matas e florestas naturais atinge cerca de 8%. O município de Rolândia apresenta características peculiares, pelo excelente potencial de uso de suas terras, com diversificação entre lavouras temporárias, permanentes e pastagens plantadas.

Os municípios do grupo 5 caracterizam-se pelo predomínio das terras com médios produtores, atingindo 67% das terras em Rolândia e apresentando, em Paranaí, 52% de médios produtores. Os pequenos produtores destacam-se em Rolândia, ocupando 33% das terras utilizadas; não há grandes produtores nesse município. Umuarama tem uma divisão mais equilibrada entre pequenos e grandes produtores (cerca de 20% das terras com cada categoria), mas em Paranaí os grandes produtores ocupam 37% das terras, demonstrando uma certa concentração fundiária.

A categoria de mão-de-obra familiar é predominante, mas cada município apresenta uma quantidade específica. Rolândia tem a menor concentração, com 50% e 31% de empregados permanentes. Umuarama conta com 70% de mão-de-obra familiar, e Paranaí com 62%. Os empregados permanentes representam uma

distribuição inversamente proporcional à mão-de-obra familiar, sendo que os dados de Umuarama, que conta com 18%, e Paranavaí, com 25%, comprovam isso.

A condição de proprietário, como ocorre em todos os outros grupos, é predominante, com proporções em torno de 90%. A condição de parceiro é bastante baixa em Umuarama e Paranavaí, mas em Rolândia (7%) é a segunda maior do município. Os arrendatários, ocupando 6% da área de Rolândia, apresentam a maior proporção dessa condição entre os municípios do grupo 5.

6.2 INFORMAÇÕES MUNICIPAIS E VISITAS ÀS VILAS RURAIS

6.2.1 Município de Rolândia: Vila da Paz

O município de Rolândia foi desmembrado do município de Londrina e instalado em 1.º/1/1944. Atualmente com uma área de 459 km², tem uma população de 49.410 habitantes (24.382 homens e 25.028 mulheres), sendo 90% da população urbana e apenas 10% de população rural, segundo os dados do Censo Demográfico 2000.

O município apresenta em destaque o setor industrial, que representa 45% do valor do PIB municipal. O setor serviços representa 41%, enquanto o setor agropecuário é responsável por apenas 14%. O PIB *per capita* municipal é de R\$ 7.939,00, segundo dados do ano de 2001.

A Vila da Paz, com 34 unidades e inaugurada em 1997, situa-se próxima do Distrito de São Martinho, em área com solos de excelente potencial de uso. A sede do distrito é muito bem estruturada, cortada por rodovia movimentada e com representação política junto à Câmara Municipal de Rolândia. Além de todos esses fatores positivos, a Prefeitura Municipal é o principal parceiro nas iniciativas dos moradores. A Vila tem um elevado grau de associativismo e de integração entre a vizinhança. A visita permitiu constatar melhorias significativas na infra-estrutura familiar

(ampliação da casa, plantio de árvores frutíferas, etc.). Quanto ao paisagismo, observou-se que as ruas são arborizadas.

A atividade principal dos moradores é a cafeicultura. Há cerca de 17 mil pés de café na Vila da Paz, e houve aplicação intensiva de adubação orgânica nas lavouras, com vistas a melhorar a proteção das plantas. A condução das lavouras está orientada para a produção de café de melhor qualidade, com padrão de bebida para comercialização, o que inclui cuidados com a colheita dos grãos. Com os recursos de Geração de Renda, cujos projetos foram encaminhados em 2001 e executados em 2002, foi possível construir infra-estrutura de beneficiamento de café, que agrega cinco vezes o valor do café em coco. O café em pó será comercializado com rótulo individual e comunitário.

Outro equipamento de infra-estrutura relevante é o Empório da Vila, um ponto de comercialização de produtos da Vila (frutas, verduras, ovos, pães, conservas, entre outros), situado na praça do Distrito, com fluxo intenso de trânsito de veículos. Funciona neste local uma lanchonete, e nove famílias se revezam na escala de atendimento no Empório sendo que algumas delas fornecem produtos para venda. Para a construção do Empório a Prefeitura Municipal cedeu o lote e contratou o mestre de obras, e diariamente dois moradores trabalharam na obra, como contrapartida dos beneficiários.

Os moradores participaram de diversos treinamentos, entre os quais: Ferramentas para Comercialização na Área de Indústria Familiar, Participação em Empresa Associativa, além de muitos outros cursos organizados com recursos do Paraná 12 Meses, conforme depoimento de uma moradora entrevistada. No dia anterior à visita dos pesquisadores, o grupo de moradores havia organizado um baile visando angariar recursos para o mobiliário do Empório. A organização do evento revela o nível de integração comunitária dos moradores.

6.2.2 Município de Umuarama: Vila São Carlos

O município de Umuarama foi desmembrado do município de Cruzeiro do Oeste e instalado em 15/11/1961. Os dados do Censo Demográfico 2000 indicam que a população é de 90.690 habitantes (44.348 homens e 46.342 mulheres), sendo 91% urbana e apenas 9% rural. A área do município é de 1.230 km².

Umuarama apresentou em 2001 um PIB *per capita* baixo, no valor de R\$ 4.492,00. O setor serviços destaca-se por representar 68% do total do PIB municipal; o setor industrial é responsável por 26%; e o setor agropecuário responde por apenas 6%.

A Vila São Carlos possui 23 unidades, e os lotes, em sua grande maioria, foram ocupados com hortaliças, o que levou os moradores a optarem pelo projeto de geração de renda para compra dos equipamentos de irrigação. Por ocasião da visita técnica, observou-se que o grupo de horticultores está reduzido para nove moradores, porém bastante dinâmicos a ponto de estarem planejando a instalação de uma câmara fria para armazenagem da produção. Foram visitados dois moradores, sendo que o primeiro explora, além do lote, outra área que comprou em sociedade com parentes, em frente à Vila. Esta outra área estava ocupada com morango e tomate, plantios estes conduzidos dentro dos padrões técnicos recomendados, o que certamente lhes proporciona boa produtividade e lucratividade. Assim também ocorre com o lote do segundo produtor. As mulheres desempenham papel fundamental na condução das explorações do lote. Um outro produtor participa na feira noturna, que acontece uma vez por semana em área central da cidade.

Além da atividade do lote, algumas famílias têm seus membros empregados em atividades rurais e/ou urbanas (a pluriatividade ocorre pela oferta de trabalho na região). Trabalhos artesanais também são desenvolvidos na Vila pelo grupo de mães, havendo uma instrutora para ensinar às mulheres habilidades como bordados, macramê, etc. Por sua vez, a Universidade de Umuarama disponibilizou dois computadores para a Vila e oferece ensinamentos de computação para os jovens por

meio dos alunos da área de informática. Do mesmo modo, os alunos do curso de Educação Física atuam com as crianças da Vila na brinquedoteca.

6.2.3 Município de Paranavaí: Vila Nova Vida

O município de Paranavaí foi desmembrado do município de Mandaguari e instalado em 14/12/1952. Com uma área de 1.203 km², tem uma população de 75.750 habitantes (36.586 homens e 39.164 mulheres), sendo 93% de população urbana e 7% de população rural.

Em Paranavaí, assim como em Umuarama, o setor serviços é o mais representativo dentro do PIB municipal, sendo responsável por 50% do valor total. O setor industrial vem logo em seguida, representando 41%, e o setor agropecuário representa 9% do total. O PIB *per capita* do município é de R\$ 4.872,00.

A visita à Vila Nova Vida serviu para tomar conhecimento de uma atividade bastante particular: a “facção” de bichinhos de pelúcia de uma manufatura instalada no município. A atividade ocupa as mulheres moradoras na Vila, as quais recebem os bichinhos semiprontos (cheios com fibra), para então serem costurados e receberem aplicação dos detalhes. Este trabalho é realizado no Galpão da Vila.

Segundo informações do técnico da Emater/PR, de um modo geral as Vilas Rurais da região não estão apresentando bons resultados.

7 CONSIDERAÇÕES PARA A TOMADA DE DECISÃO

7.1 GRUPOS DE GERAÇÃO DE RENDA

Na etapa de prospecção foi possível constatar a existência de grupos de geração de renda, organizados de forma diferenciada em cada Vila, portadores de um caráter novo quanto ao seu modo de funcionamento, comparativamente aos recursos do fomento econômico disponibilizados no início da implantação das Vilas. Essas iniciativas locais foram possibilitadas pelo acesso aos recursos financeiros do Projeto Paraná 12 Meses, articulados a subvenções distintas, tais como poder público (municipal ou estadual) ou organizações não-governamentais. Há também a articulação de recursos não monetários por meio da participação voluntária das famílias na prestação de serviços na construção dos equipamentos instalados. Os projetos de geração de renda foram elaborados pelos Técnicos Locais da Emater, porém com participação ativa das famílias no que diz respeito à definição dos empreendimentos nas Vilas. Os projetos foram encaminhados em 2001 e os recursos disponibilizados no ano de 2002.

Em algumas situações, observou-se que os recursos foram empregados na organização de pequena produção de mercadorias, da qual se espera obter uma receita oriunda de empreendimentos familiares ou individuais independentes. A sustentação de tais projetos dependerá, certamente, de obter o retorno dos recursos investidos na aquisição de insumos para manutenção das atividades. Os participantes desses grupos de geração de renda são designados como “projeto coletivo com atividades individuais”. Como exemplos tem-se a produção de hortaliças (irrigação), uva de mesa e leite em Toledo, e fruticultura (pomar de pêssego) em Palmeira.

Um modo distinto de organização dos projetos de geração de renda foi encontrado em Rolândia, Matelândia e Quitandinha. Nas Vilas desses municípios os empreendimentos são formados por trabalhadores associados que possuem em comum a estrutura física ou equipamento utilizado na produção. Os trabalhadores

participam com suas produções individuais. O equipamento de venda ou beneficiamento é de uso comunitário: a organização da produção é baseada na autonomia de cada família ou trabalhador, e a apropriação dos meios de produção é do conjunto de trabalhadores participante em cada grupo. Assim, em Rolândia foram instalados o Empório da Vila, no Distrito de São Martinho, que constitui ponto de venda de produtos transformados ou *in natura*, fornecidos por todas as famílias moradoras, e a máquina de beneficiamento de café, no lote comunitário da Vila Real; em Quitandinha, foram instaladas três estufas de beneficiamento de plantas medicinais; em Matelândia, foram instaladas uma microssina de açúcar mascavo e melado, uma unidade de panificação e uma oficina da costura. Os trabalhadores que acessaram os recursos do projeto de geração de renda participam como sócios do empreendimento.

Nas Vilas em que ocorrem projetos associativos, verifica-se a emergência de um novo modo de produção, cujo elemento central é a busca da emancipação econômica e social dos trabalhadores, com uso comum dos equipamentos instalados para as atividades observadas. Tal situação abre um novo campo de pesquisa, que não foi considerado no encaminhamento inicial do estudo sobre estratégias familiares.

Pode-se afirmar que os grupos de geração de renda são um “fato novo” na pesquisa inicialmente proposta, detectados apenas na etapa de prospecção. Há indicativo de que a combinação de política pública e adesão social permite habilitar as famílias e a comunidade a serem protagonistas de sua própria emancipação, em lugar de medidas meramente compensatórias de superação da pobreza. Diante da realidade constatada em campo, na qual os trabalhadores, associados ou individualmente, apresentam-se como protagonistas desse novo modo de produção, a participação das famílias nos empreendimentos de geração de renda, em suas peculiaridades locais, pode representar componente fundamental para o sucesso das Vilas selecionadas.

7.2 POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO PODER LOCAL

A estrutura social e a organização econômica diferenciadas nos municípios selecionados para a etapa de prospecção têm possibilitado:

- a) criação de condições ambientais - articulação de medidas que criam um ambiente propício ao desenvolvimento local, com programa de incentivo ao crédito comunitário e à organização de moradores, o que foi constatado em Quitandinha, Verê, Matelândia, Toledo, Terra Boa e Rolândia;
- b) formação e qualificação dos trabalhadores locais para aquisição de habilidades que facilitam o desempenho profissional, as iniciativas comunitárias e permitem maior acesso aos direitos políticos e sociais. Tais possibilidades foram verificadas em Rolândia, Matelândia e Terra Boa;
- c) incentivo a novas formas de organização da produção. A Prefeitura Municipal está presente oferecendo orientação e auxiliando as iniciativas da comunidade para atingir um patamar superior de organização das atividades. Esta situação foi observada em Palmeira, Verê, Rolândia, Quitandinha, Toledo e Terra Boa;
- d) novas formas de ajuda e cooperação, em lugar da Assistência Técnica tradicional da Extensão Rural, foram observadas em Turvo, Quitandinha e Verê;
- e) articulação de atores locais com dinâmicas externas - criação de um ambiente propício resultando na articulação eficaz entre dinâmicas econômicas e sociais locais e o comércio exterior em Quitandinha;
- f) melhoria de utilização dos recursos naturais e humanos da comunidade em Turvo, Palmeira, Verê, Matelândia, Rolândia, Quitandinha, Toledo e Terra Boa;
- g) presença atuante de Associação de Produtores na organização e comercialização da produção da Vila em Turvo, Palmeira, Verê, Matelândia, Rolândia e Toledo;

- h) adesão expressiva por parte dos moradores nos grupos de geração de renda, com articulação entre setores governamentais e não-governamentais: Rolândia, Toledo, Matelândia, Quitandinha e Verê;
- i) atitude de compromisso da Prefeitura Municipal como principal parceiro das ações dos moradores das Vilas: Rolândia, Verê, Toledo, Terra Boa, Palmeira e Quitandinha.

Tendo em vista que a pesquisa empírica sobre estratégias familiares em Vilas Rurais selecionadas pretende contribuir para a compreensão das alternativas ocupacionais, agrícolas e não agrícolas, em assentamentos recentes, das formas de superação da pobreza rural e dos fatores de estímulo à permanência na nova comunidade, propõem-se os seguintes referenciais de análise: aspectos relacionados ao mercado de trabalho e à ocorrência de pluriatividade; à agricultura de subsistência e geração de excedentes no lote agricultável; à diversificação das atividades familiares e interação com as realidades locais e o exercício da cidadania por meio do acesso a políticas públicas sociais. Os estudos de caso e as Vilas Selecionadas estão relacionados a seguir:

- cultivo de plantas medicinais na Vila Lagoa Verde, no município de Quitandinha;
- produção de flores na Vila Sede Progresso, no município de Verê;
- olericultura e abastecimento alimentar na Vila Real, no município de Palmeira;
- famílias pluriativas na Vila Santa Maria, no município de Matelândia, e na Vila Salto São Francisco, no município de Toledo;
- cultivo de café adensado na Vila da Paz, no município de Rolândia.

O levantamento de campo foi realizado entre março e maio de 2004, quando foram entrevistadas 144 famílias nas seis Vilas Rurais selecionadas, e os resultados obtidos são analisados no Relatório/02 – resultados de pesquisa de campo.

REFERÊNCIAS

IBGE. **Censo agropecuário Paraná 1995-1996**. Rio de Janeiro, 1997.

IBGE. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2001.

IPARDES. **Avaliação da Atividade Vilas Rurais: síntese estadual e macrorregional**. Curitiba, 2000. 78 p. Projeto Paraná 12 Meses.

IPARDES. **Tipologia dos municípios paranaenses segundo indicadores socioeconômicos e demográficos**. Curitiba, 2003. 92 p.